



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO – CAMPUS IV
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
CURSO DE MESTRADO

DARLING DE LIRA PEREIRA

**A *BUSCATIVA* NA RUA E DA RUA: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DA
REDE DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB**

João Pessoa

2013

DARLING DE LIRA PEREIRA

**A *BUSCATIVA* NA RUA E DA RUA: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DA
REDE DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB**

Dissertação submetida à Coordenação do
Curso de Pós graduação em Antropologia
da Universidade Federal da Paraíba
(UFPB), como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em
Antropologia Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Silvana de Souza Nascimento.

João Pessoa

2013

P436b Pereira, Darling de Lira.

A buscativa na rua e da rua: uma análise antropológica da rede de atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua no município de Campina Grande-PB / Darling de Lira Pereira.- João Pessoa, 2013.

105f. : il.

Orientadora: Silvana de Souza Nascimento

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL

1. Antropologia social. 2. Crianças e adolescentes - situação de rua. 3. Educadores sociais. 4. Rede de atendimento.

UFPB/BC

CDU: 39(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAUE)
Centro de Ciências Humanas Letras E Artes (CCHLA)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia



DARLING DE LIRA PEREIRA

**A BUSCATIVA NA RUA E DA RUA: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DA REDE D
ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA NO
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Feder
da Paraíba.

Resultado: APROVADA

Em: 6 de setembro de 2013.

Banca examinadora

Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento (orientadora)
PPGA/UFPB

Profa. Dra. Tereza Correia da Nóbrega Queiroz (examinadora)
PPGS/UFPB

Profa. Dra. Márcia Reis Longhi (examinadora)
PPGA/UFPB

Dedico esse trabalho

Primeiro as sete mulheres da minha vida:

Minha mãe, Zefinha que mesmo não fazendo mais parte deste tempo e espaço, continua me inspirando com seus exemplos de luta e determinação de uma mulher guerreira que sempre foi;

Minha avó, Marinete, exemplo de sabedoria, força e perseverança e por ensina o significado da coragem e perseverança.

Minhas irmãs, Gisely, Núbia, Ivete, Bárbara, Francyanne, pela paciência e compreensão nos muitos momentos da minha ausência, principalmente naqueles em que se fazia tão necessário a minha presença como no dia em que papai, também partiu desse tempo e espaço, e por pouco não pude lhe dedicar essa em vida.

Segundo aos cinco homens da minha vida:

Meu pai, Jadson, que mesmo com apenas a 5ª série deu oportunidades aos seus 09 filhos de estudarem.

Meu esposo, Bartolomeu pelo tempo que abdiquei de sua companhia e o troquei pelas idas e voltas de Campina Grande,- João Pessoa – Rio Tinto e Areia, pelos livros e pelo computador.

Meus irmãos, Jadson Júnior, Anderson e Jamerson pelo carinho e apoio que sempre demonstraram.

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo!

Muitas são as pessoas que ao longo dessa trajetória contribuíram para que esse sonho de conquista pessoal e profissional se tornasse possível. Assim, os meus mais dadivosos agradecimentos...

A minha querida orientadora, Prof^ª Dr^ª Silvana de Souza Nascimento, por ser um modelo de competência, simplicidade, sensibilidade e de ética. A sua orientação, paciência e amizade foram vitais nessa trajetória de minha vida.

As minhas estimadas examinadoras Prof^ª Dr^ª Tereza Queiroz – PPGS (UFPB) - examinadora externa e a Prof^ª. Dr^ª Márcia Longhi – PPGA (UFPB) examinadora interna por suas grandes e valiosas contribuições no momento da defesa deste trabalho. Muito obrigada!

Aos Professores doutores, João Martinho de Mendonça, Fabio Mura, Luciana Chianca, Monica Franch, Patricia Goldfarb e Silvana de Souza, cujos trabalhos, aulas, conversas, orientações e incentivo, nos momentos de maiores dúvidas e incertezas, foram decisivos para o refinamento das minhas ideias e arranjos teóricos nesse trabalho.

Aos educadores sociais do Programa Ruanda, coordenadores, assistentes sociais das instituições e programa governamentais que participaram desse estudo pela disponibilidade e colaboração, que tornaram essa investigação possível.

Aos meus colegas do mestrado com quem dividi momentos afetados e calorosos dentro e fora das aulas, entre eles: Aldo Silva de Mendonça, Antonio Luiz da Silva, Adriano de León.

Um especial agradecimento à minha cunhada Prof^ª Dr^ª Silvanda de Melo Silva, pelo constante incentivo e estímulo no caminho a vida acadêmica.

Finalmente, um agradecimento à minha família e amigos, em especial...

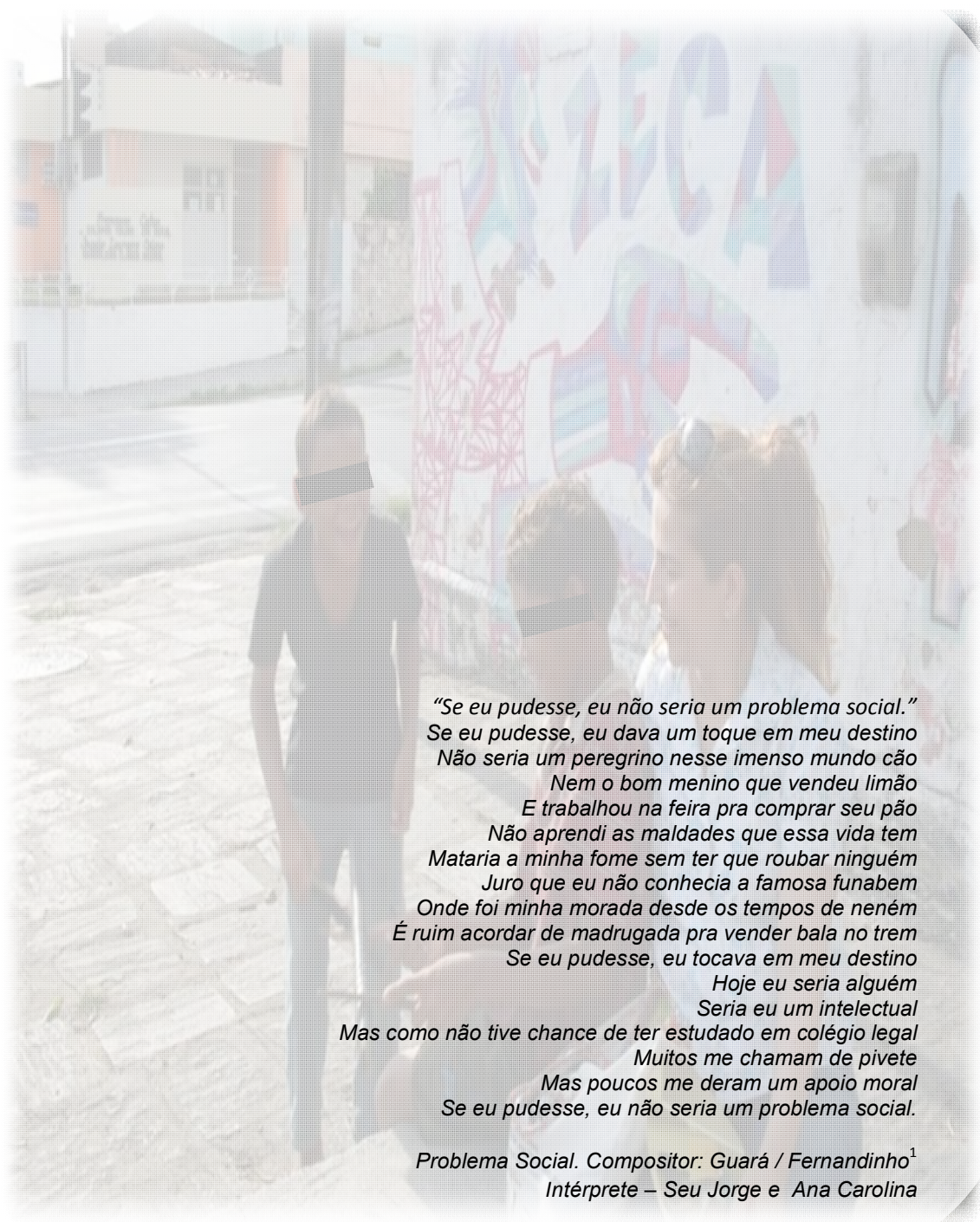
Ao meu marido, Bartolomeu, por sua paciência em todos os momentos dessa trajetória.

Às minhas irmãs e irmãos: Júnior, Gizely, Anderson, Núbia, Bel, Bárbara, Jamerson e Franciane.

As minhas cunhadas e cunhado: Josy, Cris, Rafaela, Claudio.

Aos meus sobrinhos; Claudinho, Emmanuelle, Jussyane, Eduarda, Brenik, Pablo, Samuel e Davi Samuel.

Aos meus amigos de cá e de lá que me incentivaram em todos os momentos e que mesmo à distância foram capazes de demonstrar o seu apoio e confiança na minha capacidade. Em especial aos amigos: Dilva, Cardoso, Anne, Iris, Mercedes, Izaías, Petrucia, Jacinta, Zefinha. Evania, Lúcio.



*"Se eu pudesse, eu não seria um problema social."
Se eu pudesse, eu dava um toque em meu destino
Não seria um peregrino nesse imenso mundo cão
Nem o bom menino que vendeu limão
E trabalhou na feira pra comprar seu pão
Não aprendi as maldades que essa vida tem
Mataria a minha fome sem ter que roubar ninguém
Juro que eu não conhecia a famosa funabem
Onde foi minha morada desde os tempos de neném
É ruim acordar de madrugada pra vender bala no trem
Se eu pudesse, eu tocava em meu destino
Hoje eu seria alguém
Seria eu um intelectual
Mas como não tive chance de ter estudado em colégio legal
Muitos me chamam de pivete
Mas poucos me deram um apoio moral
Se eu pudesse, eu não seria um problema social.*

*Problema Social. Compositor: Guará / Fernandinho¹
Intérprete – Seu Jorge e Ana Carolina*

¹ letra e música – <http://letras.terra.com.br/seu-jorge/456890/>

RESUMO

A dissertação “A Buscativa na Rua e da Rua: uma análise antropológica dos programas de atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua no município de Campina Grande / PB” procura averiguar o cotidiano de educadores sociais que atuam em organizações governamentais com crianças e adolescentes em “situação de rua” e analisar suas concepções e representações sobre esse público infanto-juvenil. O propósito é compreender o olhar destes atores sociais, mais especificamente, as causas que atribuem à existência desse “problema social” e, a partir daí, refletir sobre o papel da rede de atendimento neste contexto específico. Para conhecer como operam estes programas que fazem parte da rede de atendimento, foi realizado um estudo etnográfico do dia a dia desses educadores na rua e suas relações com as crianças e adolescentes que eles atendem. Considerando-se o conjunto de representações e concepções apresentadas, identificou-se o seguinte modelo figurativo desta realidade social: “crianças e adolescentes em situação de rua são vítimas e/ou delinquentes”; “são consequência da política sócio-econômica de exclusão social”; “são filhos de pais pobres e de “família desestruturadas”. Com a intenção de alcançar o objetivo proposto, por meio da observação participante, os educadores sociais de rua foram acompanhados de perto, e, por meio deles, buscou-se compreender, de certo modo, o universo infanto-juvenil “de rua” e “na rua”.

Palavras - chave: Crianças e Adolescente em situação de rua; Educadores Sociais; Rede de Atendimento.

ABSTRACT

The dissertation "The Buscativa Rua and Rua: an anthropological analysis of programs of care to children and adolescents living on the streets in the city of Campina Grande / PB 'tries to examine the daily lives of educators who work in government organizations with children and adolescents "homeless" and analyze their conceptions and representations of this juvenile population. The purpose is to understand the look of these social actors, more specifically, the causes they attribute to the existence of this "social problem" and, thereafter, to reflect on the role of the service network in this specific context. To learn how to operate these programs that are part of the service network, was ethnographic study of everyday life in the street these educators and their relationships with the children and adolescents they serve. Considering the set of representations and conceptions presented, we identified the following figurative model of this social reality: "Children and adolescents living on the streets are victims and / or offenders"; "are a result of socio-economic policy of social exclusion", "are the children of poor parents and" dysfunctional family ". With the intention to achieve the proposed goal, through participant observation, social educators street were closely monitored, and, through them, sought to understand, in a way, the universe of children "street" and "on the street".

Keywords - Keywords: Children and Adolescents in the streets; Social Educators; Service Network.

SUMÁRIO

	Dedicatória	iii
	Agradecimentos	Iv
	Resumo	Vi
	Abstract	Vii
	Lista de abreviaturas e siglas	Viii
1.	INTRODUÇÃO	11
2.	CAPÍTULO I – QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS: DESAFIOS DA PESQUISA	17
2.1.	Uma breve retrospectiva histórica dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil	17
2.2.	As crianças e adolescentes <i>de rua, na rua e em situação</i> de rua	28
2.3.	Procedimentos metodológicos: um caminho a ser construído numa finura qualitativa	30
2.3.1	O olhar etnográfico: de perto e longe e de dentro e fora	32
2.3.2	Observação Participativa	33
2.3.3	Um olhar a partir dos olhares dos protagonistas da Rede de Atendimento	34
2.4	O diário de campo	35
2.4.1.	Entrevista Semi-estruturadas	37
3.	CAPÍTULO II – AS REVELAÇÕES DO COTIDIANO NO PROGRAMA RUANDA	39
3.1.	O Programa Ruanda	39
3.2.	O Primeiro olhar sobre o Programa Ruanda: no espaço da rua	41
3.3.	Uma Antropóloga no Espaço da “Rua” com o Ruanda”	44
3.4.	A “ <i>buscativa</i> ” de crianças e adolescentes nas ruas	46
4.	CAPÍTULO III – DESVELANDO ALGUNS DISCURSOS SOBRE AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA: NO OLHAR DOS PROTAGONISTAS DA REDE DE ATENDIMENTO	63

4.1.	Educador Social e Criança e adolescente em situação de rua: alguns olhares do Outro	63
4.2.	Situação de rua: conceitos e significados dos atores sociais da Rede de Atendimento	70
5.	Características das Instituições de Atendimento: Casa da Esperança I e II	76
5.1	Casa da Esperança I	77
5.2	Casa da Esperança II	82
5.3	A rua como espaço negativo	86
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
	Apêndice – A	101
	Apêndice – B	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- 1 ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- 2 CT – Conselho Tutela
- 3 CTL – Conselho Tutelar Leste
- 4 CTN– Conselho Tutelar Norte
- 5 CTS – Conselho Tutelar Sul
- 6 PETI – O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- 7 MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
- 8 SENTINELA – Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil
- 9 SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa situa-se na área Social, entrelaçada ao campo da Política Pública Social, dos Movimentos Sociais, inserido na área de concentração Políticas Sociais e do Cotidiano: Campo e Cidade, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Intitulada “*A busca na rua e da rua: uma análise antropológica da rede de atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua no município de Campina Grande/PB*”, a investigação ocorreu no decurso do biênio 2011-2012. O presente estudo buscou compreender e analisar os atores sociais que atuam na política de atendimento, suas concepções sobre população infanto-juvenil em situação de rua, e como estes os representam na sua prática cotidiana.

No contexto histórico-social do Brasil, muito se tem dito e escrito sobre o problema social que envolve a infância e a adolescência em situação de rua. Nos últimos anos, muitas pesquisas, em diferentes áreas de conhecimento - Antropologia, Psicologia, Serviço Social, Sociologia dentre outras que se interessaram pelo tema, buscaram analisar, questionar e definir esse fenômeno social. Assim, portanto se produziu uma vasta literatura abordando a situação e necessidades dessa população que vêm sobrevivendo nas ruas, no qual possibilitou uma melhor compreensão dos vários aspectos de suas vidas e dos elementos constitutivo desse fenômeno social. Bem como, serviram como base para as discussões e elaboração da política de atendimento a estas crianças e adolescentes.

A análise dessa vasta produção nos ajuda não apenas na compreensão e no entendimento desse fenômeno social, mas possibilita compreender a forma como essa população infanto-juvenil e a situação em que vivem nas ruas têm sido contextualizada, descritas, percebidas, apreendidas e até mesmo explicadas pelas instituições e pela sociedade. Tal análise permite, ainda, acompanhar a evolução desses estudos que se iniciam com pesquisas tão somente descritivas do fenômeno e que foram ao passar do tempo sendo supridas por perspectivas mais crítica sobre o tema e suas implicações sociais (RIZZINI & BUTLER, 2003).

Tomando como ponto de partida a importância da compreensão do processo de desenvolvimento desses meninos e meninas em situação de rua, entendemos que toda pesquisa que tem como base o desenvolvimento humano, precisa levar em consideração

o contexto dos processos interpessoais e o ambiente que influenciam nesse processo. É, portanto, a partir desse olhar que buscou-se compreender esse fenômeno social com um olhar na conjuntura sociocultural e político-econômico em que está inserido o ator social. (BRONFENBRENNER, 1989).

Outro aspecto também em foco neste estudo, diz respeito à terminologia dessas crianças e adolescentes em situação de rua. Terminologia que faz com que essa denominação venha sendo desmistificada de acordo com o contexto histórico, social, cultural e, principalmente, política da realidade do Brasil. Isso, desde o Império com os órfãos e desprovidos, como eram então chamados nesse período histórico-social, estes eram entregues aos cuidados da Igreja Católica através de algumas instituições, entre elas as Santas Casas de Misericórdia. No Brasil, a primeira Santa Casa foi fundada no ano de 1543, na Capitania de São Vicente (Vila de Santos).

No recorte histórico, pode se ressaltar que o percurso de consolidação da legislação sobre crianças e adolescentes até então emanada por Portugal, pelo Império e pela República,² propicia o surgimento de um Código de Menores que estabeleceu um sistema de atendimento à criança assentado nos efeitos sociais de um processo de industrialização excludente que agravou os problemas sociais. Não qualquer criança seria objeto de intervenção da Justiça de Menores, mas os filhos das pessoas que moravam em cortiços e subúrbios, crianças mal alimentadas e privadas de escolaridade, vivendo em situações de carências culturais, psíquicas, sociais e econômicas que as impeliam a ganhar a vida nas ruas em contato com a criminalidade tornando-se em pouco tempo delinquentes.³ Assim, o Código se direciona àqueles setores sociais excluídos pelo setor produtivo, instalados em subúrbios, privados dos frutos da industrialização, alijados do acesso aos colégios ou de uma política de proteção à família.

Nesse contexto, essas crianças e adolescentes foram decodificados de diferentes expressões, a saber: menores abandonados, infratores, pivetes, trombadinhas, cheira-cola, cheira-thiner, sendo também chamados de meninos de rua, incluindo as diferenças existentes nos significados entre os “meninos de rua” e “meninos na rua”,

² SILVA, Roberto da. Direito do Menor X Direito da Criança. Disponível em: <http://www.direitoejustica.com>. Acesso em 13 de set de 2007.

³ SILVA, Roberto da. Direito do Menor X Direito da Criança. Disponível em: <http://www.direitoejustica.com>. Acesso em 13 de set de 2007.

criança e adolescentes em situação de rua, ou crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e, ainda crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

Assim sendo, nota-se que esse problema social, não é uma realidade nova.

Desse contexto, decorreram várias discussões sobre as metodologias de estudo, pois muitas dessas pesquisas, até o final da década de 1990, costumavam dividir as crianças e adolescentes em situação “de rua” de acordo com dois amplos perfis, considerando como um dos principais fatores a existência ou não de vinculação com a família: meninos/as *na* rua e meninos/as *de* rua. Autores como Rizzini e Rizzini (1993) e Rosemberg (1996) assinalam que a terminologia "meninos de rua" pode ser compreendida sob dois pontos de vista: a das crianças e adolescentes que vivem nas ruas e não possuem nenhum vínculo familiar, pois provêm de "lares desfeitos", "desorganizados e "desestruturados"; e o das crianças e adolescentes que vivem nas ruas e possuem vínculo familiar e vão para as ruas para ajudar os pais na subsistência familiar. (RIBEIRO, 1987; ROSEMBERG, 1996).

Outro aspecto importante, referido à produção desse fenômeno social, é a ideia de que essa questão social, em geral, está associada à pobreza, aos vários tipos de violência intra e/ou extrafamiliar e à injustiça social (Aptekar, 1988a, 1989b, 1996; Graciani, 1997; Gregori, 1996; Hecht, 1998; Koller & Hutz, 1996; Rizzini & Rizzini, 1996; Valladares, 1988).

Há, porém, reflexões que procuram descrever essa população infanto-juvenil em situação de rua, sem a preocupação de formar uma tipologia, mas salientando que a situação de pobreza, por si só, não caracteriza a condição de criança e adolescente em situação de rua (CARRIZOSA & POERTNER, 1992; OLIVEIRA, BAIZERMAN & PELLET, 1992; WILLIAMS, 1993).

Essa tessitura de discussão sobre esse problema social é considerado como um dos momentos fundamentais na formulação das políticas sociais, pois não se tem registro, até o início do século XX, do desenvolvimento de políticas sociais desenhadas pelo Estado brasileiro. Só em 1923, é que foi criado o Juizado de Menores, tendo Mello Mattos como o primeiro Juiz de Menores da América Latina. No ano de 1927, foi promulgado o primeiro documento legal para a população menor de 18 anos: o Código de Menores, que ficou popularmente conhecido como Código Mello Mattos. Foi nesse período entre o Código de Menores (1927) até chegar ao Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que ocorreu um amplo movimento sem precedentes na história do Brasil, com a participação de diversos segmentos da sociedade na luta em defesa das

crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Em décadas anteriores, muitas destas crianças estariam fadadas a passarem sua infância e adolescência encarceradas em instituições para menores (as FEBENS).

Nesta perspectiva, partindo-se do pressuposto de que a preocupação com crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, emerge, sobretudo, com o aumento visível do número desta população infanto-juvenil dormindo nas ruas, perambulando nos sinais de trânsito, praticando atos infracionais, trabalhando e morando nas ruas do país no desde os anos 1980, o que conduziu à criação de inúmeros programas, instituições e organizações governamentais e não governamentais com o objetivo de resolver esse problema social crescente nas grandes e médias cidades. Porém, há de se argumentar que o foco sobre os “meninos de rua”, assim como os projetos voltados para eles atingem apenas uma pequena parcela dessa população que necessita de apoio e não resolvem o problema, pois é mínimo o impacto que causam sobre as vidas de milhões de crianças que se encontram à margem da sociedade. (MYERS, 1991).

Neste sentido, com o intuito de verificar o grau de contribuição da Política social de Atendimento através do Programa Ruanda na vida dessas crianças e adolescentes, propus-me a pesquisar o tema em questão. Para tanto busquei aportes teórico-metodológicos nos veios da pesquisa qualitativa, uma vez que ela possibilita responder a questões muito particulares, permitindo assim a compreensão de significados e intencionalidades das narrativas, experiências, valores, percepções e aspirações dos educadores de rua e dos meninos e meninas em situação de rua, atores sociais dessa investigação.

Segundo assinala Minayo (1998), o método qualitativo procura trabalhar a investigação englobando o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Em conformidade com a pesquisa qualitativa optei pelo estudo de caso por se tratar de um estudo relacionado a um contexto específico, que seria a experiência dos educadores de Rua do Programa Ruanda na vida desses meninos e meninas. Nessa categoria de investigação, o pesquisador volta-se para a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo. (GATTI, 2005; CRUZ, 1998).

Assim, com o propósito de estabelecer um pano de fundo para melhor destacar a proposta que pretendo desenvolver, inicialmente comecei a minha incursão no tema de

crianças e adolescente “de rua” em 1996, quando trabalhei no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Arapiraca – AL e, depois, em 1998 quando fui eleita Conselheira Tutelar do primeiro Conselho Tutelar criado no município. Assim, minha aproximação em relação a este universo foi iniciada com base em minha prática e experiência de vida nas ruas como Conselheira Tutelar, e assim, senti a necessidade de uma explicação para os entraves na eficácia da política de atendimento. Na busca de embasamento teórico sobre esta problemática, ingressei no mestrado em Antropologia da UFPB, em março de 2011 e me deparei com vários estudos e pesquisas, com diferentes olhares e perspectivas sobre a mesma.

Pois bem, comecei a observar de perto e de dentro (DA MATTA, 1981) educadores sociais de políticas sociais de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Campina Grande (PB). Pude ouvir algumas informações, fazer perguntas, recolher e coletar dados, anotar ações, gestos, falas, silêncios, olhares e não-olhares. Das políticas públicas sociais do município voltadas à criança e ao adolescente em situação de rua, que tem como discurso buscar a inserção ou re-inserção sócio-familiar e comunitária de crianças e adolescentes que fazem da rua seu espaço de vida, priorizando a escola como um dos aliados na busca pela mudança de paradigmas na vida desses jovens cidadãos em processo de desenvolvimento.

Com os dados já organizados, passei para a próxima fase de sistematização denominada por “estudo de caso”: a análise interpretativa do que havia sido pesquisado com os educadores sociais e com algumas crianças e adolescentes em situação de rua num confronto de subjetividade e “exterioridades” relacionadas a revisão de literatura realizada.

Para melhor organização, este trabalho segue estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata de uma breve discussão acerca dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil, sob uma perspectiva histórica.

O segundo capítulo enfoca as revelações do cotidiano no Programa Ruanda, a partir de observações etnográficas que foram realizadas ao longo do trabalho de campo e que permitiram uma descrição e uma compreensão do cotidiano dos educadores sociais dentro e fora da instituição no espaço da rua, assim como da relação que essas crianças e adolescentes estabelecem com os seus pares, educadores e outras figuras significativas deste contexto. Nesse capítulo pode se compreender a dinâmica e o funcionamento institucional a partir da visão dos educadores sociais, sendo fundamental notar o papel que estes desempenham na construção do dia a dia do Programa Ruanda; e

ainda, discute-se sobre a sua contribuição para a transformação de seus protagonistas, possibilitando as crianças e aos adolescentes envolvidos o acesso aos seus direitos mais básicos.

O terceiro capítulo procurou tecer algumas reflexões sobre alguns discursos sobre as crianças e os adolescentes em situação de rua: no olhar dos protagonistas da Rede de Atendimento enquanto categoria de análise - objetiva, por sua vez apresentar as concepções e visões dos atores sociais que fazem a rede de atendimento sobre essas crianças e adolescentes em situação de rua. Buscou-se, identificar aspectos comuns das trajetórias de vida dessas crianças e adolescentes, havendo um constante debate com a produção teórica e empírica acerca da temática das crianças em situação de rua. A intenção é chegar à triangulação das informações, ou seja, cruzar as falas dos atores sociais com os materiais que pude registrar a partir da observação, da coleta de dados e refletir todos esses dados a luz das teorias já construídas, a fim de compreender em que contexto político social se encontra os “meninos e meninas de rua e na rua” na concepção dos atores sociais da Rede de Atendimento do Município de Campina Grande-PB.

O quarto capítulo contextualiza a instituição na qual se deu a experiência e relata a prática dos educadores sociais com os meninos e meninas em situação de rua.

O quinto capítulo descreve as questões teóricas e metodológicas: Desafios da Pesquisa - têm por objetivo apresentar os principais estudos sobre esse problema social meninos “de rua”, além de explicitar e sublinhar importantes conceitos adotados por essas áreas de conhecimento. Em seguida, serão apresentados alguns métodos de investigação com orientação etnográfica e as metodologias de observação participativa. A apresentação de tais métodos é feita simultaneamente com a realização de entrevistas semi-estruturada e aplicação de questionário com as coordenadoras e assistentes sociais das instituições governamentais, alguns conselheiros tutelares que compõem a política de Atendimento do Município de Campina Grande/PB.

2. CAPÍTULO I – QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS: DESAFIOS DA PESQUISA

2.1. Uma breve retrospectiva histórica dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil

No final do século XIX e começo do século XX introduziram-se novos padrões sociais, culturais e econômicos na sociedade brasileira. Impostos pela modernidade, a industrialização, a urbanização e a crescente pauperização das camadas populares foram as suas principais características. Associado a esse processo, houve um crescimento constante do pequeno comércio, da classe média profissional ou burocrática e uma intensificação da divisão do trabalho.

A sociedade brasileira, até então marcadamente rural, convivia agora com uma realidade também assinalada pela urbanidade em função do processo de industrialização. Esse novo modelo de organização social e econômica não substituiu o antigo modelo rural calcado na grande propriedade, ao contrário, o processo de industrialização encontrou no desenvolvimento rural enorme possibilidades para se desenvolver. Reconheça-se que, as grandes lavouras de café, impulsionadoras da economia, possuíam mão-de-obra e quadros técnicos capazes de alavancar a incipiente industrialização que se processava, ajudando a consolidar as relações capitalistas de produção.

Retornando o que já foi dito sobre esse fenômeno social, é nesse cotidiano de transformações que se insere a criança e o adolescente em situação de rua do início do século XX; por um lado, crescimento econômico, industrial e urbano, por outro, agravamento das crises sociais, proliferação dos cortiços, marginalidade, miséria e criminalidade.

Conforme Moura (1999) o trabalho na indústria determinou a vida em sociedade e conduziu a vida de milhares de crianças e adolescentes que coexistiram em uma realidade permeada pela exploração, pela violência, seja por acidentes de trabalho, seja por "maus-tratos" efetuados pelos patrões para manter as crianças e adolescentes sobre o seu domínio. Nesse ambiente hostil às classes populares e essa população infanto-juvenil encontravam nas atividades ilegais a forma de sobreviverem que, muitas vezes, eram realizadas ante a impossibilidade de realização de atividades lícitas.

Como ainda argumenta Moura (1999), o comportamento da dessa população infanto-juvenil nas ruas da cidade, circulando entre atividades lícitas e ilícitas, contradiz

a moral dessa sociedade urbana moldada pelos princípios trabalho/honestidade em objeção à vadiagem/criminalidade. Perante essa realidade, o Estado é provocado a resolver esse problema social, a partir do ponto vista da repressão a essa demanda social, por ser um problema moral de determinados membros da sociedade, Ou seja, da população da população excluída. Assim, não era do interesse do Estado brasileiro investigar se todas as classes sociais tinham condições de se adequar a essa moral; se todos tinham condições de frequentar à escola?

É nesse contexto, que surge Código de Menores de 1927, também conhecido como Código Mello Matos, ao se constituir na primeira legislação específica voltada para os menores, partia, portanto, do contexto social marcado pela criminalidade e pelas longas jornadas de trabalho a que eram submetidos às crianças e adolescentes. Observa-se nessa conjuntura, que os contornos delimitadores do termo menores se referiam apenas a determinado grupo de crianças e adolescentes do início do século XX, representando um setor específico, identificado com a pobreza, com delinquência, a marginalidade e o abandono.

É relevante observar que desde o do Código de Menores e na Lei n.º 5.258, em seu artigo 26, se encontram definidos os destinatários do Código de Menores, o legislador estabeleceu o objeto do Código: “não é qualquer criança entre 0 e 18 anos, mas, aquelas denominadas de “‘expostos’ (as menores de 7 anos), ‘abandonados’ (as menores de 18 anos), ‘vadios’ (os atuais meninos de rua), ‘mendigos’ (os que pedem esmolas ou vendem coisas nas ruas) e ‘libertinos’ (que frequentam prostíbulos).”⁴

Deste modo, vai se concretizando toda a legislação sobre crianças até então transcursada por Portugal, pelo Império e pela República⁵, o Código de Menores estabeleceu um sistema de atendimento à criança determinado pelas implicações sociais de um processo de desenvolvimento econômico excludente que agravou os problemas sociais. Assim, não era qualquer criança e adolescente que seria objeto de intervenção da Justiça de Menores, mas os filhos das pessoas que moravam em cortiços e subúrbios, crianças mal alimentadas e, principalmente privadas de escolaridade, vivendo em situações de ausências culturais, psíquicas, sociais, políticas e econômicas que as

⁴ SILVA, Roberto da. Direito do Menor X Direito da Criança. Disponível em: <http://www.direitoejustica.com>. Acesso em 13 de set de 2007.

⁵ SILVA, Roberto da. Direito do Menor X Direito da Criança. Disponível em: <http://www.direitoejustica.com>. Acesso em 13 de set de 2007.

conduziam a ganhar a vida nas ruas em contato com a criminalidade tornando-se em pouco tempo delinquentes.⁶

O Código Mello Matos conduzia àquelas classes sociais excluídas pelo processo de desenvolvimento produtivo, alojadas em subúrbios, privadas dos frutos do progresso, alijados do acesso aos estudos, à saúde, a moradia, ao trabalho digno, ou seja, aos seus direitos mais básicos.

Perante todo esse contexto histórico, o Código de Menores (1927) cumpriu seu papel de ser aplicado após a instalação do conflito. Como só os "vadios", "abandonados" ou "delinquentes", isto é, os desajustados sociais eram objeto de intervenção do poder judiciário, apenas se e quando se enquadrassem em alguma daquelas definições haveria uma ação do poder público através da intervenção do poder judiciário. A ação estatal se efetua por intermédio do Código de Menores, limitando-se aos juizes de menores. Não há a presença do Estado atuando para evitar o conflito, para evitar que tais menores se enquadrassem nas tipologias previstas no Código de Menores. Por outro lado, durante esse período, os juizes de menores tiveram um papel preponderante e exclusivo na gestão do sistema que recebia os menores delinquentes.

Os fragmentos acima nos mostram que, o Código de Menores (1927), foi instituído para resolver os problemas sociais daquelas “crianças em situação irregular”, conceito que faz parte da história longínqua no país. Inúmeras crianças já nasciam “irregulares”: os que não eram de boa família, que eram abandonados, que viviam na rua, os filhos ilegítimos, eram “postos para fora”, abandonados, deixados nas chamadas “rodas dos expostos”.

A sociedade sempre desenvolveu seus trabalhos com esses “irregulares” de forma filantrópica (numa primeira fase, marcada principalmente pela ação da Igreja Católica e pela ausência do Estado) e, depois, assistencialista ou repressiva.

A legislação de menores, de 1979, feita em plena ditadura militar encarava a “questão do menor” essencialmente como problema de segurança nacional, meninos encontrados na rua, com roupa rasgada, ou suja, já eram considerados irregulares e levados para instituições de segregação, na ausência total do conceito de direitos fundamentais ou de proteção integral da infância.

⁶ SILVA, Roberto da. Direito do Menor X Direito da Criança. Disponível em: <http://www.direitojustica.com>. Acesso em 13 de set de 2007.

Neste contexto histórico, a criança e o adolescente no Brasil só apareciam na esfera pública como o “menor” que cometeu uma transgressão à moral ou ao patrimônio. É interessante perceber a dificuldade que muitos têm em superar a denominação de menores pela de criança e adolescente, ao se referir a problemas ou a soluções para essa faixa etária. Esta dificuldade é reveladora do quanto à cultura de culpabilização das crianças é ainda presente em nosso país.

A transição de questões da esfera privada para a pública ficou por séculos determinada pela cultura patrimonial predominante no Brasil. Assim, no caso da criança e do adolescente, essa transição ocorria a partir da existência de uma transgressão à moral ou ao patrimônio. No mais, as questões da criança e do adolescente permaneciam resguardadas no âmbito particular da família.

Sendo assim, a criança como um "ser de família" não tinha estatuto próprio, e suas necessidades e desejos se restringiam ao mundo privado. Só pela transgressão é que aparecia no âmbito público e era enquadrada pela justiça e pela moral como delinquente. Os abandonados, os órfãos ou expostos por analogia eram recolhidos e institucionalizados em internatos e retirados também do convívio público, nestes aparatos de Estado as “Febens da vida” perdiam qualquer laço familiar.

O Código Criminal do Império de 1930 recomendava internação em "casa de correção" para os menores de 14 anos que tivessem cometido, com discernimento, atos indesejados pela sociedade (RIZZINI, 1993). Publicações e periódicos do fim deste século apontavam as ruas das grandes cidades brasileiras como espaços povoados por crianças pobres, "vadias", que incorriam em delitos como furtos e roubos e eram presos em cadeias públicas como criminosos comuns (LONDOÑO, 1991).

Assim, a infância e a juventude apareciam publicamente no âmbito da irregularidade e não do direito. A exemplo, o Código Criminal de 1830 e o Código Penal de 1890 incluíam a punição ao ato criminal de pessoas com idade até 17 anos. O primeiro Código de Menores, de 1927, responsabilizava os pais pelas situações irregulares da criança, sempre tratada como "menor" ou, nas revisões desse código, como "menor infrator" e delinquente. Aliás, era moda nos anos 50/60 a delinquência juvenil ou a rebeldia juvenil. Os direitos humanos são promulgados pela ONU em 1948, portanto, incorporar direitos à infância e juventude tornou-se possível na segunda metade do século XX.

Já com o segundo Código de Menores (1979), quando o país buscava a reconquista do seu Estado de Direito. As crianças, durante a ditadura militar, foram

vítimas da institucionalização por intermédio de instituições governamentais com característica de “conter o marginal”, cumprindo com o papel de tirar da sociedade estas pessoas incapazes de se “adestrarem” e que precisam ser “contidas”, e não de políticas de proteção e desenvolvimento. Aqui se consagrou uma concepção de que delinquência e pobreza eram faces da mesma moeda.

Desse modo, o segundo Código de Menores não rompeu essa concepção, dedicando-se ao “menor em situação irregular”, isto é, àquele que não possuía o essencial para sua subsistência, dada a falta de condições econômicas do responsável. Este novo Código manteve, portanto, o ideário segregacionista e culpabilizador da criança, ratificando o papel pouco educativo das “FEBENs da vida”.

A história da assistência à infância no Brasil revela que a ênfase tem sido sobre deficiências, desvios e problemas relacionados às crianças, aos adolescentes criando-se categorias que as estigmatizaram e impediram o desenvolvimento de um sentido de cidadania.

Nesta linha, observa-se que foram criadas políticas públicas paliativas e serviços de baixa qualidade para os pobres, que contribuíram para acirrar as desigualdades sociais. Além disso, no que se refere aos principais responsáveis pelas crianças, a orientação que prevaleceu foi a de retirar as crianças de seus lares/comunidades em detrimento de programas de apoio aos pais para que pudessem cuidar de seus filhos. No entanto, já permeavam por parte de alguns segmentos da sociedade, algumas críticas a partir do final da década de 70.

Nesse sentido, a partir do movimento constituinte, é articulada a luta nacional pelos direitos da criança, que foram garantidos no artigo 227 da Constituição Federal de 1988. Esta conquista, somada à Convenção sobre o Direito da Criança da ONU, de novembro de 1989, criaram as pré-condições para que o Brasil pudesse dispor de um Estatuto da Criança e do Adolescente. Estas medidas romperam com a estrutura do Código de Menores de 1979 e, a partir de julho de 1990, através da Lei 8.069, foi permitido que o ordenamento jurídico brasileiro rompesse com a doutrina da situação irregular e publicasse os direitos da criança e do adolescente.

Assim, com a aprovação da nova Carta Constitucional, fruto de intensa mobilização social e do esgotamento das condições políticas para a continuidade do período autoritário, inaugurou para a sociedade brasileira, desde 1988, um novo paradigma legal. Esta nova realidade possibilitará o desencadeamento de inúmeras ações, articulações e movimentos direcionados para a garantia dos avanços

democráticos conseguidos no período constituinte, mediante sua consolidação nas constituições estaduais e nas leis orgânicas dos municípios.

Em 20 de novembro de 1989, a Assembleia Geral das Nações Unidas, aprofundando a Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959, adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança (uma carta magna para as crianças de todo o mundo). No ano seguinte, o documento foi oficializado como lei internacional. Hoje, a Convenção é ratificada por praticamente todos os países do mundo, excetuados Somália e Estados Unidos. É o instrumento de Direitos Humanos mais aceito na história universal e foi enriquecido por uma série de diretrizes e afirmação de “regras mínimas” mundiais.

Cabe mencionar que a Convenção da ONU diz coisas simples tais como: a criança deve ser protegida contra a discriminação e todas as formas de desprezo e exploração; que os governos devem garantir a prevenção de ofensas às crianças e a provisão de assistência para suas necessidades básicas; que a criança não poderá ser separada de seu ambiente familiar, exceto quando estiver sofrendo maus tratos ou quando a família não zele pelo seu bem-estar. Diz, ainda, que toda criança tem direito à educação, à saúde, que será protegida contra qualquer trabalho que seja nocivo à sua saúde, estabelecendo para isso idades mínimas para a admissão em empregos, como também horários e condições de trabalho.

Nesse sentido, a aprovação do Estatuto das Crianças e do Adolescente (ECA, 1990) ultrapassa, no campo simbólico, o conceito de regulamentação formal da constituição. Guarda em si um potencial fantástico de renovação, no resgate do valor das crianças e dos adolescentes como ser humano – sujeitos de direitos – portador de vida futura, vida que deve receber o máximo de dedicação, devido ao seu caráter de novo, fudante, titular de direitos especiais e, virtude de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente exige um tratamento especial, prioritário, e, para garanti-lo, obriga o conjunto da política, da economia e da organização social a operar um reordenamento; a revisar prioridades políticas e de investimento; a colocar em questão o modelo de desenvolvimento e respectivo projeto da sociedade, excludentes e perverso, que desconhece, na prática, estes seres sujeitos de direitos: a criança e o adolescente. Este reordenamento tem uma configuração legal formal que deve expressar-se ao longo de um processo em todos os campos da vida

social: das organizações governamentais e não governamentais; das políticas sociais básicas e da organização familiar.

De acordo com o ECA (1990), crianças e adolescentes são seres públicos e não só privados, seres políticos e portadores de direitos. Esta ruptura jurídica confronta a institucionalidade do Estado para a atenção à criança e ao adolescente, mais ainda confronta com a cultura presente na sociedade que é restritiva a tais direitos sociais.

Assim, a partir da Constituição, da Convenção e do Estatuto da Criança e do Adolescente, as crianças e adolescentes brasileiros, sem distinção de raça, classe social, ou qualquer outra, passaram de objetos a sujeitos de direitos, considerados em sua peculiar condição de pessoas em desenvolvimento e a que se deve prioridade absoluta na formulação de políticas públicas e destinação privilegiada de recursos dos orçamentos públicos.

Portanto, o Estatuto estabelece a “Doutrina de Proteção Integral” em detrimento da “Doutrina da Situação Irregular” do Código de Menores de 1979 (WILLING, 2002). Silva (2003) aponta que a “Doutrina da Proteção Integral” (a mesma que referência a Declaração Universal dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas – ONU), preconiza que as crianças e adolescentes são vulneráveis merecendo, portanto, proteção integral da família, da sociedade e do Estado. Já a “Doutrina da Situação Irregular” disciplina a aplicação do direito tutelar somente ao “menor infrator” e em situação de carência. Deste modo, o Código de Menores regulamentava uma situação anormal, enquanto a nova Lei pretendia universalizar um direito dito como “fundamental”. Tal diferença está expressa também na nova linguagem consagrada que exclui o termo “menor” e universaliza os termos “crianças e adolescentes”.

Entre os pressupostos do ECA (1990), pode-se destacar o artigo 4º:

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (ECA, 1990:13).

E ainda, segundo o artigo 5º:

“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (ECA, 1990: 13).

Para a aplicação e cumprimento da “Doutrina de Proteção Integral” o legislador estabeleceu no Estatuto da Criança e do adolescente: a atuação do poder judiciário (descentralização de atribuições e restrição aos plenos poderes ao antigo Juiz de Menores); atribui ao Ministério Público o poder/dever de promover e fiscalizar os Direitos da Criança e a do Adolescente; previu a municipalização do atendimento, o município passa a executar a política de atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, e a exigência de criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, com a incumbência de zelarem pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente (WILLING, 2002).

É importante ressaltar, que a alteração do marco legal não constitui condição suficiente para mudar uma realidade. Faz-se necessário também o desenvolvimento de políticas públicas que promovam os direitos previstos na lei e a criação de um aparato institucional que os garanta. O Brasil avançou nos dois campos, embora ainda haja muito a se fazer.

Hoje, de acordo com as legislações vigentes em nosso país, não há dúvida, que crianças e adolescentes são prioridades absolutas no que se refere à salvaguarda de seus direitos fundamentais (à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, estando a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão), portanto cabe ao Estado garantir com absoluta prioridade a defesa destes direitos, mas não somente ao Estado, pois também é dever da família e de toda a sociedade (CF, art. 227) assegurar à criança e ao adolescente o respeito aos seus direitos garantidos por lei (em matéria de legislações de direitos de crianças e adolescentes vigentes em nosso país cita-se: CF; ECA - Lei 8.069/90; Declaração Universal dos Direitos Humanos; e a Convenção sobre os Direitos da Criança - Dec. nº 99.710/90).

Entretanto, que pesem os esforços legislativos que garantem ao Brasil uma das legislações mais avançadas do mundo no que se refere aos direitos de crianças e adolescentes, mas infelizmente, a realidade encontrada em cada Estado do Território Nacional, é infinitamente longínqua daquela encontrada nas epístolas da Lei 8.069/90.

Os problemas enfrentados pela infância e pela juventude no Brasil são muitos, as dificuldades e ameaças podem ser provenientes de qualquer lugar: dos meios de

comunicação; de um processo irracional de globalização; de uma precária condição socioeconômica; da negligência do Poder Público; e até mesmo do próprio seio familiar.

Esse problema social tem sua gênese, na institucionalização da desigualdade social fomentada pelo processo de desenvolvimento econômico, por política neoliberal e, pela ineficácia das políticas públicas sociais que desrespeitam os direitos fundamentais de parte da população infanto-juvenil do Brasil. Embora que, a partir do ECA, as crianças e os adolescentes passam de “objeto de tutela” a “Sujeito de direitos e deveres”. Podemos ressaltar, que mesmo assim, conforme, destaca Santana (2003), o movimento social que deu origem ao ECA, ainda que tenha contado com a participação da sociedade civil, em termos de representatividade social, deixou a desejar. É possível perceber que a noção de criança e adolescente como sujeito de direito ainda não está compartilhada por grande parte da sociedade. Este fato ainda hoje, pode ser notado, especialmente, em relação as criança e aos adolescentes em situação de rua, sendo muitas vezes exigidas, do poder público, soluções energéticas contra os mesmos, geralmente no sentido de puni-los, sem a intenção de garantir seus direitos (Santana, 2003).

Essas constatações revelam os limites pelos quais passam à implementação e a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente em termos práticos em todo território brasileiro, após mais de duas décadas, mais precisamente, vinte e dois anos, ou seja, quase duas décadas de sua promulgação e vigência. É bom lembrar que a Lei 8.069/90 foi fruto de reivindicações e embates de movimentos sociais, como o de meninos e meninas de rua, de segmentos progressistas de formuladores de políticas públicas governamentais e não governamentais com o Estado, no contexto do processo de abertura política brasileira, na década de 1980.

Contudo, ainda nos dias de hoje, observa-se que os formuladores de políticas públicas e demais segmentos governamentais e não governamentais que elaboram políticas para a criança e o adolescente de família pobre no país ainda estão presos aos paradigmas da “Doutrina de Situação Irregular” presente nos Códigos de Menores de 1927 e 1979, que fundamentavam suas ações em atividades educativas de cunho repressivo, materializados por meio da realização de atividades subalternas, atividades domésticas, artesanais, horticultura, aulas de educação física, dentre outras.

Cabe apontar que existe uma literatura significativa que aborda as políticas públicas direcionadas à infância pobre brasileira, que desvela as questões sociais que afetam a criança e o adolescente pobre e seus familiares, sendo de ordem histórico-

estrutural e não de ordem moral e familiar. Não obstante, a percepção de parte dos formuladores das políticas públicas voltada ao atendimento à população infanto-juvenil em situação de risco. Por certo, percebe-se que parte desses formuladores continua justificando as desigualdades sociais e a situação de abandono da infância pobre como de ordem moral e familiar.

Tendo como base esse cenário, apesar da redemocratização (década de 1980) na qual muitos brasileiros envolvidos com a justiça social lutaram para a articulação e promulgação da Constituição Federal de 1988, o que se percebe é que esta não se tornou ainda realidade no país. A Carta Constitucional prevê direitos sociais que devem ser traduzidos em deveres do Estado, através de políticas públicas quando expressa que “o Estado assegurará a assistência à família e a cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (Constituição Federal, capítulo VII, art. 226, parágrafo 8).

Não se tem registro, até o início do século XX, do desenvolvimento de políticas sociais desenhadas pelo Estado brasileiro. As populações economicamente carentes eram entregues aos cuidados da Igreja Católica através de algumas instituições, entre elas as Santas Casas de Misericórdia. No Brasil, a primeira Santa Casa foi fundada no ano de 1543, na Capitania de São Vicente (Vila de Santos). Estas instituições atuavam tanto com os doentes quanto com os órfãos e desprovidos. O sistema da Roda das Santas Casas, vindo da Europa no século XVIII, tinha o objetivo de amparar as crianças abandonadas e de recolher donativos. Desse modo, o que predomina nessa época era o “sentimento de pena” e o reconhecimento da necessidade de se oferecer abrigo, proteção e educação através de instituições caritativas que pudessem preencher, em parte, as lacunas daqueles que tinham sido privados do convívio familiar.

Neste contexto histórico, o que se configura como política de atendimento é a ideia de caridade, que é uma tradição caritativa e filantrópica que tem como base fundamental uma atuação assistencialistas, marcadas por ações paliativas e doações pontuais, que mais contribuíram para a perpetuação do que para a solução do problema.

A Roda constituía-se de um cilindro oco de madeira que girava em torno do próprio eixo com uma abertura em uma das faces, alocada em um tipo de janela onde eram colocados os bebês. A estrutura física da Roda privilegiava o anonimato das mães, que não podiam, pelos padrões da época, assumir publicamente a condição de mães solteiras. Mais tarde em 1927 o Código de Menores proibiu o sistema das Rodas, de modo a que os bebês fossem entregues diretamente a pessoas destas entidades, mesmo

que o anonimato dos pais fosse garantido. O registro da criança era outra obrigatoriedade deste novo procedimento.

Neste contexto histórico, a criança e o adolescente no Brasil só apareciam na esfera pública como o “menor” que cometeu uma transgressão à moral ou ao patrimônio. É interessante perceber a dificuldade que muitos têm em superar a denominação de menores pela de criança e adolescente, ao se referir a problemas ou a soluções para essa faixa etária. Esta dificuldade é reveladora do quanto à cultura de culpabilização das crianças é ainda presente em nosso país. A transição de questões da esfera privada para a pública ficou por séculos determinada pela cultura patrimonial predominante no Brasil. Assim, no caso da criança e do adolescente, essa transição ocorria a partir da existência de uma transgressão à moral ou ao patrimônio. No mais, as questões da criança e do adolescente permaneciam resguardadas no âmbito particular da família.

Para Londoño (1991), do século XVII até o século XIX, alteraram-se as representações sociais sobre estas crianças e as formas de lidar com o problema do qual eram vítimas - órfãs, enjeitadas, abandonadas e carentes. Agora, o Estado usou como medida, “ações disciplinares”, onde as crianças e adolescentes que ocupavam as ruas eram compreendidas, como caso de polícia, devendo ser julgadas e enviadas às Casas de Detenção para serem “punidas” e “recuperadas”. No século XX, a conjuntura institucional aliada a agravantes socioeconômicos originaram uma nova representação social sobre estas crianças e adolescentes das classes populares que ocupavam as ruas das grandes cidades. Essas crianças e adolescentes, “menores abandonados”, passaram a ser vistos como “menores infratores” que precisam de reclusão e reeducação, cabendo ao Estado a responsabilidade de criar e manter instituições capazes de afastar estes indivíduos da comunidade, auxiliando, assim, a manter a ordem pública. É o período, por volta de 1964, da criação da(s) FEBEM(s).

Essas instituições também falharam no seu papel de substitutos da família e, na maioria das vezes, serviram mais de local de “reclusão” e de verdadeiras escolas do crime. Em consequência, não era pouco o número de “menores” que buscavam, através da fuga, se livrar das práticas repressivas lá desenvolvidas. O fracasso das instituições fechadas, aliado ao “repúdio ético e político de setores da sociedade” (COSTA, 1990) sensíveis à questão dos direitos humanos, dá lugar ao surgimento de novas políticas sociais.

Historicamente, as políticas sociais surgiram dos questionamentos, esse processo de produção teórica é considerado como um dos momentos fundamentais na formulação das políticas públicas sociais, pois não se tem registro, até o início do século XX, do desenvolvimento de políticas sociais desenhadas pelo Estado brasileiro. Só em 1923, é que foi criado o Juizado de Menores, tendo Mello Mattos como o primeiro Juiz de Menores da América Latina. No ano de 1927, foi promulgado o primeiro documento legal para a população menor de 18 anos: o Código de Menores, que ficou popularmente conhecido como Código Mello Mattos. Foi nesse período entre o Código de Menores (1927) até chegar ao Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que ocorreu um amplo movimento sem precedentes na história do Brasil, com a participação de diversos segmentos da sociedade na luta em defesa das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Em décadas anteriores, muitas destas crianças estariam fadadas a passarem sua infância e adolescência encarceradas em instituições para menores (as FEBENS).

A reflexão, sobre o direito de proteção à criança e ao adolescente no Brasil é um lento processo de construção histórica cujo marco dos avanços foi à década de 1990. A acepção legal, apresentado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é resultado de mobilização da sociedade organizada e sistematiza a compreensão do direito infanto-juvenil. No entanto a concretização dos direitos expostos na Lei 8.069/90 provocou a reestruturação na rede de proteção social, reestruturação esta que não é tarefa fácil, pois implicam mudanças de paradigmas institucionais, mudanças de percepções dos atores sociais que põe em prática a política de atendimento e, principalmente da compreensão dos gestores das esferas Federal, Estadual e Municipal da gravidade desses problemas social.

Após a discussão dos aspectos que envolvem o direito das crianças e dos adolescentes de um modo geral, abordaremos a questão das crianças e adolescentes em situação de rua a partir das origens do problema, das condições de vida da família e das condições de vida nas ruas trabalho e das consequências para o seu desenvolvimento.

2.2. As crianças e adolescentes *de rua, na rua e em situação de rua*

Na literatura sócio-antropológica sobre crianças e adolescentes em situação de rua, observamos que os primeiros estudos se preocupavam em que caracterizar os perfis

dessas crianças e adolescentes em “*menino/a de rua*” e “*menino/a na rua*”. As autoras Rizzini e Rizzini (1993) e Rosemberg (1996) apontam que a terminologia “meninos/as *de rua*” pode ser compreendida como aqueles (as) originários (as) de lares “desorganizados e “desestruturados”. E a terminologia “meninos/as *na rua*” são aqueles (as) que estão nas ruas, mas possuem vínculo familiar e vão para as ruas para ajudar os pais na subsistência familiar. (RIBEIRO, 1987; ROSEMBERG, 1996).

De acordo com os estudos de Lusk (apud RIZZINI, 1991), a grande maioria das crianças e adolescentes encontrados nas ruas fazia parte do segundo perfil (os/as meninos/as *na rua*). Este grupo era composto por crianças e adolescentes que trabalhavam na rua, como engraxates, vendedores de balas e malabaristas nos sinais de trânsito. Ali estavam em busca de uma complementação da renda familiar, em relação a qual também se sentiam responsáveis. Eram conhecidos como “trabalhadores de rua”. A maioria possuía residência fixa e retornava para casa regularmente.

O primeiro perfil descrito por Lusk refere-se àqueles que comumente dormiam na rua (os/as meninos/as *de rua*). Muitos eram usuários de drogas e pediam dinheiro ou roubavam para consegui-las. Eram em sua maior parte crianças e adolescentes que abandonaram ou foram abandonados pela família, gradualmente, e para quem a rua parecia haver se tornado a principal referência de vida.

Há, porém, reflexões que vêm buscando aprofundar esta discussão. De acordo com Gregori (2000), Graciani (1997), Rizzini e Rizzini (1993) diversos são os motivos que levam crianças e adolescentes a se tornarem, inicialmente meninos/as *na rua* e, posteriormente meninos/as *de rua*: a miséria, o abandono e a violência familiar, a necessidade de colaborar no sustento da família, o consumo de drogas, a chamada “desestruturação familiar”, entre outros fatores.

Outros autores (CARRIZOSA & POERTNER, 1992; OLIVEIRA, BAIZERMAN & PELLET, 1992; WILLIAMS, 1993) procuram descrever essa população infanto-juvenil sem a preocupação de formar uma tipologia, mas salientando que a situação de pobreza, por si só, não caracteriza a condição de criança e adolescente em situação de rua.

Mas, depois promulgação da Lei. 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente e, principalmente após as mudanças de paradigmas das políticas públicas de atendimento pode-se questionar: quem são essas crianças e adolescentes nos dias de hoje? De onde vêm? Por que são *de rua*, ou *na rua* ou em *situação de rua*?

A história da infância e da adolescência nos revela que a ênfase tem sido sobre deficiências, desvios e problemas relacionados às crianças, criando-se categorias que as estigmatizam e impedem o desenvolvimento de um sentido de cidadania. Nesta linha, foram criadas políticas públicas paliativas e serviços de baixa qualidade para os pobres, que contribuíram para acirrar as desigualdades sociais. Além disso, no que se refere aos principais responsáveis pelas crianças, a orientação que prevaleceu foi a de retirar as crianças de seus lares/comunidades em detrimento de programas de apoio aos pais para que pudessem cuidar de seus filhos.

Assim, o conceito de criança “em situação de risco pessoal e social” passa a ser utilizado na tentativa de adequar os novos enfoques à realidade atual, reconhecendo-se que as mudanças significativas em geral pressupõem um processo lento e complexo de negociações, ajustes e mudança de mentalidade e atitudes. É fundamental destacar que, neste sentido, a tendência é o fortalecimento da noção de prevenção, priorizando-se ações que diminuam as chances de se intervir quando os problemas tornam-se irreversíveis.

Nesse contexto, ao considerar os olhares dos educadores sociais que há mais tempo estão em contatos com essas crianças e adolescentes, notamos que conforme a observação do espaço da rua e da forma como essas crianças e os adolescentes a utilizam nas suas atividades diárias, estes se encontram na sua grande maioria na categoria meninos “*na rua*”, no momento da pesquisa de campo só encontramos dois adolescentes que se encontravam na categoria meninos “*de rua*”, ou seja, que dormiam nas calçadas, praças e casas abandonadas e entraram em ruptura com os vínculos familiares. Assim, a categoria identificada na visão dos educadores sociais é aquela em que as crianças e os adolescentes se encontram em situação de rua, já que essa categoria engloba as categorias *de/na rua*.

2.3. Procedimentos metodológicos: um caminho a ser construído numa finura qualitativa

Embora favorável à racionalidade das revoluções científicas, entendo que se os cientistas, individualmente viessem a tornar-se “objetivos e racionais” no sentido de imparciais e desapaixonados, então teríamos o progresso revolucionário da ciência barrado por um obstáculo intransponível (POPPER, 1974).

Acompanhando a passagem de Popper, confio que a paixão com ações e pesquisas executadas a partir do envolvimento do pesquisador pelo que estuda e a abertura à interdisciplinaridade com o abarcamento de estudiosos de diferentes áreas do saber são instrumentos importantes na construção do conhecimento científico.

Tal afirmação surge da experiência dessa pesquisa resultado de uma trajetória profissional e acadêmica, resultado da passagem da prática profissional para incursão na vivência teórica acadêmica. Nessa trajetória, migrei de conselheira tutelar para estudante de graduação do curso de Ciência Sociais /UFCG, e em seguida, para mestranda do curso Pós-graduação em Antropologia /UFPB.

Em função dessa trajetória e da preferência de trabalhar com a etnografia, pude vivenciar diferentes questões relativas às realidades sociais, do Eu, ex-conselheira tutelar, do Eu, hoje aspirante a antropóloga e do Outro, os nativos da pesquisa - Crianças e adolescentes em situação de rua e Educadores Sociais de rua, protagonistas da Política de Atendimento no município de Campina Grande/PB. E assim, “entender o entendimento do outro” (GEERTZ,1997).

E para entender e apreender o outro, o ato de olhar, ouvir e escrever⁷, são essenciais para o entendimento das vivenciais, experienciais no momento do campo. Assim, como junto ao ouvir, se possível, também o perguntar, e saber perguntar. Deste modo, não basta estar presente, por exemplo, no espaço da rua com os meninos e meninas. É preciso chegar-se ao sentido, significado de gestos e falas. O que sentem os que ali estão? Por que o fazem? Como vivenciam a realidade da rua? O que pensam sobre suas ações, por exemplo? É preciso ver e ouvir. Não basta apenas ouvir, saber do nativo os seus porquês, sem que se observe como a explicação do nativo se articula com o que, de fato, ele demonstra no seu cotidiano e vida.

No contexto destas realidades sociais, lembra Minayo (1994), o objeto de pesquisa é essencialmente qualitativo, pois a realidade social corresponde ao “próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordantes” (MINAYO, 1994, P.21). Assim, em função das características do objeto, a autora define a pesquisa qualitativa como um trabalho com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo dos processos e dos fenômenos. (MINAYO, 1994. p.16)

⁷⁷ Roberto Cardoso OLIVEIRA, *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*, p. 22.

2.3.1. O olhar etnográfico: de perto e longe e de dentro e fora

*“Viver...é afinar um instrumento
De dentro pra fora, de fora pra dentro.
A toda hora, a todo o momento
De dentro pra fora, de fora pra dentro.”
Valter Franco*

E assim foi o meu trabalho de campo. O tempo todo, a todo o momento, *dentro e fora* do campo eu tinha que afinar minhas concepções, rever minhas convicções, e disciplinar meus olhares, gestos e até minhas falas, para não correr o risco de induzir e até determinar o rumo das narrativas de acordo com o que eu queria ouvir, como antiga conselheira tutelar e preocupada, como cidadã, em relação aos atendimentos ao público infanto-juvenil nas ruas.

Assim, por todas essas razões, preferi começar a pesquisa apenas com as observações e registros no diário de campo, para que aos poucos fosse me entrosando com os atores sociais envolvidos com as Políticas de Atendimento e estes fossem se acostumando com minha presença.

Na tentativa de compreendê-los como parte fundamental do caminho construído pelo trabalho de campo, procurei desenvolver uma atitude de escuta, de olhar, de refletir, de retrospecto e de interpretação que fosse além das minhas meras concepções de uma nativa que já estive de *dentro*, mas que está de *fora* e ao mesmo tempo em que está *perto* está *longe*. Com o olhar *dentro* fui uma nativa como conselheira tutelar em outro espaço, em outros tempos e, principalmente em outro contexto. Então, na questão social “*meninos e meninas de/na rua*” foi necessário exigir de mim uma mutação no modo de pensar o objeto que agora é o “outro” (MERLEAU-PONTY, 1984). E aí sim, no trabalho de campo, fiquei *de longe* das minhas experiências de outrora. Assim, esse jogo de olhar de “fora e de longe” e “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), no território de relações entre a rua, às crianças e adolescentes e educadores sociais, me ajudou a encontrar as especificidades do olhar etnográfico e desvelar certos “resíduos”, como anota Peirano (1995), em que alguns acontecimentos resistem às explicações mais frequentes e só vêm à luz no momento da confrontação entre a teoria do pesquisador e as ideias nativas.

Por essa vivência, compreendi dimensões da subjetividade presentes na etnografia, referente tanto aos observados da pesquisa quanto ao observador que a

realiza, sendo a primeira dela o fato de que “numa ciência em que o observador é ele próprio uma parte de sua observação” (STRAUSS, 1950. p. 24).

Nesse sentido, o trabalho etnográfico levou-me a pensar sobre certas maneiras em que a subjetividade do pesquisador influencia a construção de dados e das proposições que advêm da análise. As emoções que senti durante todo o processo de observar, registrar e interpretar participaram inevitavelmente dos contextos em que os fatos aconteciam, reforçando a afirmação de citada de Strauss (1950), que minha subjetividade compunha o etnógrafo.

De tal modo, que ao observar, registrar e acumular informações para dar sentido aos momentos do enlaço da descrição, o que se busca é um olhar de *perto e de dentro* a partir das concepções dos próprios atores sociais, ou seja, das representações por meio das quais eles se vêem e se sentem nas suas ações como protagonistas da política de atendimento do município de Campina Grande/PB.

2.3.2. Observação Participativa

Para se chegar conhecer e a entender as falas, os gestos, os silêncios, as dinâmicas das relações que por acaso, regulam ou normatizam o espaço do campo, é preciso o estar lá, no campo, em observação participante. E esta observação participante deve ter como busca a compreensão, a empatia que leva a sentir o outro, mesmo sendo o pesquisador diferente/ou não do seu pesquisado, mas é jamais ele. A grande vantagem de uma atitude de compreensão, no estar em campo, é a captação do excedente de significação, daquela realidade que nenhum método ou explicação pode dar conta ou domesticar⁸. Ou seja, uma metodologia que vá além de uma explicação intelectualista de escrivania.

Assim, a primeira tarefa do estar em campo é a descrição, se possível densa. É preciso, na trilha de Malinowski, descrever os elementos constitutivos do campo, tais como espaço, família, economia⁹. Elementos esses que nos ajudam na compreensão não só do que estar às vistas nas ações, gestos, falar, mas do que também não estar claramente vistas do observar e do ouvir.

⁸ Roberto Cardoso OLIVEIRA, O lugar (e em lugar) do método, p. 11.

⁹ Bronislaw MALINOWSKI, *Argonautas do Pacífico Ocidental*, p. 52-55.

2.3.3. Um olhar a partir dos olhares dos protagonistas da Rede de Atendimento

A observação participante, assim chamada porque promove a interação entre o pesquisador e a situação estudada, entre o Eu e o Outro, é um instrumento indispensável numa pesquisa de orientação etnográfica, porque coloca o pesquisador numa relação direta com os nativos, ou seja, com o objeto de estudo.

Assim, para colher e interpretar a voz dos atores sociais envolvidos com a Política de Atendimento às crianças e os adolescentes, optei inicialmente por uma observação das instituições, dos programas e das entidades fazendo um registro denso¹⁰ da realidade, pois, de acordo com Menga Ludke e Marli André (1986, p.26), “a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado”. As autoras argumentam que, à medida que o observador acompanha *no campo* as experiências diárias dos atores sociais, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações.

Na observação, é importante descrever os atores sociais, reconstruir os diálogos com gestos, palavras, depoimentos, descrever os locais, os eventos especiais, as atividades e também o comportamento do observador. Mas é importante, além disso, que esses registros contenham as observações pessoais do observador, seus sentimentos, ideias, impressões, pré-concepções, dúvidas, incertezas, surpresas e decepções (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 30-31).

Florestan Fernandes (1959, p.80), abordando os pontos essenciais da observação, diz que,

[...] ela transcende a mera constatação dos dados de fato, envolve a complementação dos sentidos por meios técnicos, constitui o processo através do qual as instâncias empíricas, relevantes para descrição ou a interpretação dos fenômenos sociais, são obtidas, selecionadas e coligidas.

Ainda segundo Fernandes (1959, p.82),

[...] a prática da observação participante [...] facilita o acesso ao mundo íntimo dos sujeitos-investigados, reduz as barreiras emocionais ou morais à observação e estimula a projeção endopática do observador nas atitudes, concepções de vida e valores sociais estranhos.

¹⁰ Estou fazendo uma alusão à expressão tornada clássica por Geertz (1989), “descrição densa”, para dar conta de um texto vocacionado pelas dimensões simbólicas da ação social.

Na observação participante, Neto (1994) aponta uma forma importante de se posicionar em campo, que procurei me orientar durante a observação no campo.

O objetivo prioritário do pesquisador não ser considerado um igual, mas aceito na convivência. Esse interagir entre pesquisador e pesquisado, que não se limita as entrevistas e conversas informais, aponta para a compreensão da fala do sujeito em ação. (NETO, 1994,P.62)

Assim, compreender a fala do Outro em ação remete a um pressuposto apontado por Geertz (1957), de que “a antropologia sempre teve um sentido muito aguçado de que aquilo que se vê do lugar em quem foi visto, e das outras coisas que foram vistas ao mesmo tempo”.

2.4. O diário de campo

A imersão no campo promove a relação entre os vários atores que fazem parte do espaço da rua e possibilita a aproximação e o envolvimento dos atores em alguns momentos, no caso em especial, em quase todos os momentos, pois estávamos próximos uns do outro parados em pé nos sinais de trânsito, encostados no recanto de parede, numa esquina, sentados no meio fio ou nos bancos das praças, quando não estávamos circulando de um ponto a outro.

Nessa relação juntos e misturados, ir para as ruas e conviver com as dimensões dos espaços dessas crianças e adolescentes me fazia sentir parte do grupo dos educadores sociais. Mas isso não significa, no entanto, confundir-me com os “nativos”, como nos lembra White (1971)¹¹. No entanto, se por um lado essa relação me ajudou no campo, por outro na hora de fazer as notas no diário, não foi fácil, porque os educadores queriam o tempo todo saber o que eu estava tomando como notas. Assim, deixei meu caderno e notas em casa e peguei folhetos de propaganda das lojas para anotar alguns pontos que me fizessem lembrar os acontecimentos do universo da rua quando em casa chegasse.

11 Cf. William Foot WHITE, o apêndice Sobre la evolución de la ‘Sociedad de las esquinas, in: Sociedad de las esquinas, 1971, p.337-423.

Foto 01: Trabalho de campo na Área 01 - mãe pedia esmola com seu filho de colo. Acompanhando a ação dos Educadores sociais Evania e Lúcio.



Fonte: Francyanne Lira, registro do Trabalho de Campo comercial - área 01 no Centro da cidade em 13/01/2012.

Neste sentido, observar os vários atores sociais no campo, através dos quais as relações se articulam, se faz necessário para se compreender através da linguagem e dos símbolos o que se pensa, o que se fala e o que se é. Ou seja, o que busca então, é uma metodologia que se afine com o conceito de interpretação semiótica, de Geertz, ou seja, não só procurar o discurso do outro, mas o que o outro está querendo dizer.

Desse modo, para entender o discurso nativo, não basta uma fonte, mas ouvir a várias vozes no campo, discursos e ações, reações e omissões, seja através dos informantes (um tipo de discurso), dos aderentes em comum (outro discurso), na observação da prática de ambos (outro discurso ainda a se produzir). Como por exemplo, pode-se notar no registro fotográfico (01 e 02) no momento da ação da equipe (Lourdinha, Evania, Lúcio) no campo-área 01, no Centro de Campina Grande, por volta das 19:00 quando o comércio já estava fechando, e encontrou-se uma mãe com seu filho pedindo esmola, neste momento começaram a entrelaçar vários discursos ao mesmo tempo, o da mãe que já era conhecida dos educadores e queria justificar sua necessidade de pedir esmola com seu filho neném na rua, e o discurso dos educadores querendo explicar que o que ela estava fazendo era um crime de mendicância - usar crianças de colo para sensibilizar as pessoas a lhes darem dinheiro.

Foto 02: Trabalho de campo na Área 01 - mãe pedia esmola com seu filho de colo. Educadores sociais.



Fonte: Francyanne Lira, registro do Trabalho de Campo comercial - área 01 no Centro da cidade em 13/01/2012.

2.4.1. Entrevistas semi-estruturadas

Para entender que o fenômeno social criança e adolescente em situação de rua, não acontece de forma isolada na sociedade, mas que está inteiramente relacionado com as questões econômicas, políticas, sociais e culturais, optei também por entrevistar as coordenadoras e assistentes sociais das instituições governamentais, alguns conselheiros tutelares e apliquei um questionário (ver Apêndice A e B). A intenção é chegar à “triangulação das informações” (FERREIRA, 2002, p.56), ou seja, cruzar as falas dos atores sociais com os materiais que pude registrar a partir da observação, da coleta de dados e refletir todos esses dados à luz das teorias já construídas, a fim de compreender em que contexto político social se encontram as “crianças e adolescentes em situação de rua.”

Assim, comecei a entrevistar as coordenadoras das instituições, programas, governamentais responsáveis pela Política de Atendimento à criança e ao adolescente no município de Campina Grande-PB. São duas instituições governamentais; quatro programas governamentais, além do Conselho Municipal de Direto e dos quatro

Conselhos Tutelares Norte, Sul, Leste e oeste. As entrevistas foram realizadas considerando a importância da organização do tempo e do espaço a fim de propiciar uma relação de interação entre pesquisadora e entrevistadas, possibilitando assim “uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.33). Selecionei algumas questões para nortear a conversa, porém acredito em uma entrevista não totalmente estruturada, sem imposições ou rigidez, levando os atores sociais entrevistados a discorrer sobre o tema de um jeito informal. Havendo um clima de estímulo e aceitação mútua, as informações fluem.

Observa-se, no entanto, que a entrevista não se resume nas palavras ditas pelo entrevistado – é preciso estar atento para os gestos, as expressões, as entonações, os sinais não-verbais, enfim, a todas as expressões corporais do entrevistado.

Para coletar as respostas, utilizei o gravador em K-7 e o registro das outras linguagens captadas com meu olhar, que está um pouquinho mais afinado com esse processo. Todas as informações foram transcritas cuidadosamente, “passíveis de codificações para serem transformadas em indicadores e índices objetivos de variáveis que se pretende explorar” (CHIZZOTTI, 2001, p.58).

As entrevistas foram realizadas no período de 23/01 a 22/07 de 2012 e transcritas logo após seu término. A partir da transcrição, comecei a procurar indicadores que pudessem auxiliar na reflexão a partir das observações feitas sobre as instituições, os programas governamentais que compõe a Política de Atendimento, a fim de ativar teoricamente as falas dos atores sociais envolvidos com essa política, as concepções que estavam implícitas nessas falas e suas posturas diante das crianças e a adolescente em situação de risco pessoal e social.

O passo seguinte, para fechar a triangulação das informações, seria ouvir as crianças e adolescente em situação de risco e as suas famílias. Contudo, não realizei entrevistas, apenas conversas informais devido às dificuldades e constrangimentos que as gravações poderiam ter para as crianças, e suas famílias. De fato, senti muitas dificuldades no momento de transcrever as entrevistas, e às vezes me pegava querendo completar, dar sentido a frase, o que com certeza não cabia a minha pessoa, como pesquisadora, tal imposição, de querer dar sentido a frases do pesquisado.

Diante desse quadro, elaborei algumas questões a fim de perceber, de forma indireta, qual a condição de vida que se encontram essas crianças e suas famílias. A opção por um conjunto de questões pré-elaboradas fez-se necessária para ampliar e enriquecer a coleta de dados. Elas foram entregues aos Conselhos Tutelares, as

instituições governamentais. Elaborei esse questionário imaginando que me ajudaria no cruzamento com o contexto teórico da realidade sócio-econômica em que vive essas crianças e adolescentes. No entanto, diante da realidade encontrada nas instituições governamentais que foram pesquisadas e nos conselhos tutelares, o questionário que mal foi respondido por algumas instituições e pelos os conselhos tutelares dificultou mais ainda todo o andamento da pesquisa, pois os mesmos órgãos não possuíam dados sistematizados para responder os questionários.

3. CAPÍTULO II - AS REVELAÇÕES DO COTIDIANO NO PROGRAMA RUANDA

3.1. O Programa Ruanda

O cotidiano no Programa Ruanda mostrou-se rico em possibilidades para se observar os sentidos e significados atribuídos por aqueles que fazem o Programa e que põem em prática o atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua.

No início da pesquisa, meu olhar rígido e preconceituoso, com pré-noções já formadas a respeito da política social de atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua, me impedia de perceber a sutileza com que muitas vezes os educadores sociais expressavam nas suas ações e práticas. Enquanto eu esperava para ver grandes acontecimentos que marcariam esse trabalho, os educadores sociais de rua simplesmente viviam seu cotidiano. Então, foi preciso apurar meu olhar, o meu ouvir e, principalmente, me distanciar das expectativas sobre a atuação do Programa Ruanda.

Em minhas primeiras observações de campo, ainda em janeiro de 2012, na sala do Programa Ruanda, pude notar na fala da coordenadora do Programa, que no momento de sua criação, no ano 2000, ele foi batizado de “Ruanda”, no sentido de *RUA* como espaço e *ANDA* no sentido mesmo de andarilhos, ou seja, os “*andarilhos na rua*”. E é neste ponto que entra o foco do Programa que, segundo a coordenadora Solânea Maria da Chargas, “*são as crianças e adolescentes em situação de rua*”.

Ainda de acordo com Solânea, a ideia de criar um programa com a proposta de desenvolver um trabalho propriamente de abordagens nas ruas nasceu a partir dos resultados de uma pesquisa que aconteceu no município de Campina Grande no ano de 2000 com o objetivo de conhecer a realidade desse problema social. A pesquisa foi

realizada pelos Conselhos Tutelares, pelo o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR e pela Secretaria Municipal de Assistencial Social – SEMAS. Essa pesquisa mostrou a presença de um número significativo de crianças e adolescentes nas ruas da cidade, bem como, pela ausência de uma ação mais direcionada para essa população no município. Sobre tomei a seguinte nota:

Ao longo dos anos constatou-se em Campina Grande a inexistência, até aquele momento, de instituições que atendessem a essa população considerando suas especificidades. E foi, então, a partir desse contexto sócio-político e dessas constatações, que o Projeto Ruanda foi criado. E isso, reforça a coordenadora do Programa, Solânea, embora já tivéssemos a atuação no município, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR desde 1998, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares. (Nota de campo registrada em 23/01/2012).

Desse modo, junto aos resultados da pesquisa mencionada, veio a proposta dos participantes da pesquisa para se criar um programa que tivesse como base essa abordagem nas ruas através de uma intervenção integrada por educadores sociais. Então, em meados 2001 inicia-se no município um trabalho específico com crianças e adolescentes em situação de rua.

Conforme os discursos dos educadores sociais¹² pode-se notar um empenho em demonstrar a necessidade de um programa que, inserido no cotidiano das ruas, pudesse oferecer ações capazes de facilitar campos de inserção e pertencimento que fizessem a articulação com a rede de atendimento¹³.

Observando mais de perto o Programa, ele é estruturado por uma equipe multidisciplinar de 23 profissionais¹⁴, sendo 06 assistentes sociais, 03 psicólogos, 03 pedagogos, 03 professores de educação física e 08 educadores sociais de rua com nível médio. Mas entre os educadores sociais há também profissionais que são da área de pedagogia e da área do Serviço Social também. O Programa está vinculado à secretaria municipal de Assistência Social – SEMAS e a estrutura e manutenção são sustentadas pelo poder municipal.

¹² Para Graciani (1997), “educador social de rua é o profissional que desenvolve uma ação pedagógica junto às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social”. Ver Graciani (1997, p.26).

¹³ Rede de Atendimento do Município de Campina configura-se “através” das instituições e dos programas governamentais e não-governamentais, Conselhos Tutelares e do Conselho Municipal de Direito, dos programas de Atendimento e das Secretárias de Saúde e de Educação.

¹⁴ Até a gestão passada (2012) eram 23 profissionais. Hoje, na nova gestão (2013) passou para 30 profissionais. Foram demitidos 20 dos 23 da gestão. Dentre os que foram demitidos estão: Lúcio e Lourdinha e inclusive a ex-coordenadora, Solânea, que pelo Pr. Francisco Miguel da Silva Filho.

Ainda de acordo com as informações colhidas durante a pesquisa de campo, o programa funciona de segunda a sexta das 08h00 às 20h00. Eles trabalham por plantão uma equipe começa às 08h00 e vai até às 14h:00 e a outra inicia das 14h:00 até 20h:00. Foi nesse horário da tarde que mais fiquei no espaço da rua, olhando, escutando e participando das suas práticas juntamente com as crianças e adolescentes considerados pelo programa como em “situação de rua”.

3.2. O primeiro olhar sobre o Programa Ruanda: no espaço da rua

Lá estávamos nós nas ruas do centro da cidade e nos primeiros dias da pesquisa de campo pude observar que as ações cotidianas dos educadores sociais e suas estratégias de intervenção junto às crianças e aos adolescentes em situação de rua estão organizadas por área, sendo a área 01- todo o comércio, Praça da Bandeira, Rodoviária Velha, Rua João Pessoa, Rua Suassuna, sendo, portanto as ruas e praças do Centro da cidade. Foi exatamente por onde comecei a minha caminhada com os educadores sociais. Neste dia fiquei com Lourdinha, Lúcio e Evania num percurso que começou na Praça Clementino Procópio, Praça da Bandeira caminhando por todo o espaço das ruas onde ficam as lojas, foi lá que também encontramos o maior número de crianças e adolescentes pedindo esmola e algumas em companhia com a mãe ou o pai pedindo também, outras sozinhas vendendo casinha, barcos, mesinha, cadeiras feitas de madeiras, outras crianças descalças e perambulando em grupos de dois, três até crianças, neste percurso encontramos mais crianças e adolescentes do sexo masculino do que do sexo feminino.

Ainda no nosso percurso passamos para a rua da rodoviária velha e as ruas do entorno. Nesse espaço, a presença de adolescentes do sexo masculino era mais expressiva do que a presença de crianças, a não ser um caso que chamou muito atenção: o de uma mãe que, segundo a Educadora social Evania, já foi uma “menina de rua” e hoje vive com três filhos e continua a pedir esmolas na rua. Percebe-se a partir do contato e da conversa entre os educadores e as crianças, adolescentes, mães, pais que todos já se conhecem e são trados por nomes, tanto os educadores sabem os nomes de cada um com quem conversam como foram também tratados nas conversas entre eles por seus nomes. Inclusive em uma dos momentos da minha “vivência” no espaço da rua um dos meninos perguntou – “E essa daí? Quem é? Novata? Porque não tá com a

jaqueta? Essa pergunta evidencia que ali eu era a diferente, a intrusa. E esse sentimento não era apenas daqueles meninos e meninas, mas também dos educadores sociais. As crianças e os adolescentes me questionaram, porque todos os educadores usavam uma jaqueta vermelha com o slogan do programa na frente do lado esquerdo e no direito um desenho de criança, já nas costas estava escrito em letras de forma de cor branca “EDUCADOR SOCIAL¹⁵”, e eu não estava com essa jaqueta, pois não poderia usar a mesma já que eu não fazia parte do grupo dos educadores sociais, mas fui orientada pela coordenadora sobre o que eu deveria vestir e usar durante a pesquisa de campo.

Nesses encontros e convívios, observei nessa reação dos “meninos” a minha presença ali que, devido ao fato de não estar com a jaqueta, me distanciava deles, pois ficavam desconfiados e muitos diziam que eu era do Conselho Tutelar, do Juizado e da polícia, mesmo eu me apresentando e explicando que estava fazendo um trabalho para a universidade. Nesse momento, passei a me sentir o Outro, pois até então eu me sentia como parte dos educadores de rua, misturada, nós/pesquisadora e nativos. Todos aqueles relatos e depoimentos eram tão vivos, senti, vivi, revivi e vivenciei cada um deles, cada fala, cada olhar. Era como se eu tivesse vendo pelos olhos dos educadores sociais, falando pelas bocas e ouvindo por eles. Esse cenário não me era estranho, mudam-se apenas as paisagens, os personagens, os rostos, mas as ideologias, os discursos e as práticas ainda são as mesmas de quando um dia fui Conselheira Tutelar¹⁶ em outro Município, em outro Estado.

Bom, voltando a nossa pesquisa de campo, vamos agora para a área 02 – essa, de acordo com as informações colhidas, corresponde à integração e todo espaço em seu entorno - Praças, Parque do Povo, Açude Novo, Rua João Pessoa, Rua 13 de Maio. Após fazermos todo o percurso da área 01 e da área 02 conhecendo os espaços marcadamente referenciados por essas crianças e adolescentes em situação de rua, passamos então para a área 03, percorrendo toda a extensão da Avenida Canal, Parque Açude Velho, Parque da Criança, Estação Velha com 06 sinais de trânsito, sendo um espaço territorial de mais ou menos uns 03 bairros.

Solânea apresentou-me uma radiografia dos caminhos percorridos pelos educadores sociais. Caminhos estes que fazem parte do meu cotidiano, como moradora da cidade de Campina Grande, do meu percurso e de tantas outras pessoas. Assim,

¹⁵ Para Graciani, o Educador Social de Rua é um agente, intelectual orgânico, comprometido com a luta das camadas populares, que elabora junto com os movimentos um saber militante, captado na vida emergente dos marginalizados urbanos de rua. O conceito de “intelectual orgânico” baseia-se na concepção de Gramsci. Graciani (1997, p. 29)

¹⁶ Conselheira Tutelar no Município de Arapiraca/AL (1998).

precisei “*familiarizar-me com o que é estranho, estranhar o que nos é familiar*”¹⁷. No entanto, não foi fácil para me estranhar o que é tão familiar no meu cotidiano, o que fez parte da minha vida profissional¹⁸, e continua a fazer parte do meu dia a dia, fazendo parte do imaginário da grande maioria da população como mais um fato “natural” na sociedade.

Segundo Velho (1987), para estudar a própria sociedade é fundamental tirar os estereótipos, estranhar o familiar e, principalmente estar aberto para entender as hierarquias. Em muitos casos, as hierarquias sociais estabelecem os estereótipos que determinam as categorias sociais e seus atores na sociedade complexa, no qual o próprio pesquisador já entra no campo com sua posição pré-estabelecida nessa hierarquia.

“Logo, sendo o pesquisador membro da sociedade, coloca-se inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo e poder “pôr-se” no lugar do outro”. Preciso chamar a atenção para o fato de que mesmo nas sociedades mais hierarquizadas há momentos, situações ou papéis sociais que permitem a crítica a relativização ou até o rompimento coma hierarquia.” (1987,p.127)

Mas o que Velho (1987) diz resume muito bem a minha pessoa como pesquisadora. Logo quando entrei no campo já tinha o meu olhar, o meu ouvir e minha posição pré-estabelecida diante dos educadores, ou seja, com as minhas opiniões já prontas e acabadas sobre o trabalho deles, e por isso só conseguia ouvir e enxergar aquilo que eu queria e o que me interessava. É verdade que as concepções e posição da maioria dos protagonistas que compõe a política de atendimento do município de Campina Grande, não diferenciavam muito das minhas concepções quando fui Conselheira Tutelar¹⁹ no município de Arapiraca/AL. E é isso que podemos observar

17 GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989

18 Trabalhei no Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do município e Arapiraca/AL,; do conselho Tutelar e fui voluntária da Casa das Meninas – ONG em Arapiraca:AL

19 Conselheira tutelar no município de Arapiraca /AL(1998), que para me era mais do que um trabalho, era uma luta por aquele que são os maiores prejudicados nessa história. Foi o primeiro trabalho, assim de verdade, tinha lá meus 20 anos. E eu acreditava piamente nas instituições, nos programas, na rede de atendimentos, tínhamos, ou melhor, temos: O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – (CONANDA), O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – (CEDCA), Conselhos Municipais dos direitos da Criança e do Adolescente, (CMDCA) e os Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente (CTCA), onde eu estava lá no finalzinho da ponta, e quando eu olhava para acima e via todas essas instituições cada uma com suas atribuições. Assim, eu me sentia protegida e fortalecida nas minhas práticas de Conselheira Tutelar, além de contarmos com o aparato dos Juizados da Infância e Juventude, curadoria da Infância e da Juventude, dentro desse contexto eu não tinha como não acreditar eficácia das instituições, dos programas e das políticas de atendimento as essas crianças e adolescentes em situação de rua, até porque eu me sentia parte e responsável pela execução dessa política de atendimento. Eu vivia, eu conversava, eu respirava sobre essa realidade dos meninos, dos conselhos e das políticas, participava das assembleias, dos encontros dos conselhos estaduais, municipais dos conselhos tutelares, isso era a minha vida, era isso que fazia, fazia parte das políticas de atendimento, nós discutíamos, debatíamos, brigávamos também. E questionávamos como pôr em práticas Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

nas falas e nos depoimentos dos atores sociais a respeito de suas experiências e realidades vividas no município de Campina Grande.

A realidade da prática no campo e o contato do dia a dia com os educadores sociais nos ajudam a apreender os aspectos intrínsecos e extrínsecos dos relacionamentos entre os diferentes atores no espaço da rua. Na verdade, pode-se dizer que observar o cotidiano dessas crianças e dos adolescentes e a incessante troca de informações entre eles e os educadores nos permitiu compreender não apenas a rotina deles nesse espaço mas as configurações da situação na rua, de como se relacionam uns com os outros e com os educadores sociais, e principalmente de como os educadores sociais a partir de suas concepções e imaginações constroem seus discursos. Ou seja, as alternâncias e dinamizações dos imperativos pessoais com as imposições sociais, como no incessante intercâmbio no trajeto antropológico (DURAND, 1997, p. 29).

Assim, desvelar os discursos dos educadores sociais sobre essas crianças e adolescentes, com o propósito de acolher as histórias produzidas a partir das falas dos educadores com base em suas experiências na rua, nos ajudará a entender suas representações simbólicas e imaginárias sobre quem são essas crianças e adolescentes em situação de rua.

3.3. Uma antropóloga no espaço da “Rua” com o “Ruanda”

*“Imagine o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical perto de uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vistas...”
(Malinowski, 1984)*

Agora, imagine-se rodeada de algumas pessoas até então desconhecidas, com seu equipamento (caderno, lápis, borracha, gravador, máquina fotográfica) numa sala de uma instituição que trabalha com crianças e adolescentes em situação de rua, sentada, olhando, calada, ouvindo, observando tudo e todos, e sendo observada também. Você não sabe muito que fazer, se ficar calada, parece ser indiferente ao assunto, se falar tem que ter certo cuidado para não induzir a conversa ou falar demais. Sentia-me ansiosa, eufórica, inquieta e às vezes insegura. Comecei a pensar em Malinowski e nas diferenças entre os nossos nativos e campo de trabalho.

Ali estava eu bem sentada, não estava sozinha, estava rodeada dos mesmos nativos, aguardando os educadores de rua, eu iria acompanhá-los, sair para a rua interagir e observar diretamente o contato deles com os meninos e meninas em situação de rua. Comecei a tentar estabelecer diálogos e convivências mais “prolongadas e profundas” com os nativos. Minha presença ali era observar o trabalho deles, analisar o ambiente, todos os acontecimentos, gestos, as interações entre eles mesmos e entre eles e os meninos e meninas de rua. E os nativos sabiam disso, tanto que, em muitos momentos no trabalho de campo tanto na sala do Programa Ruanda, quanto na rua deixavam transparecer o quanto se sentiam incomodados com a minha presença ali. Como ficou claro em uma das falas, de uma das educadoras de rua: *Quando você termina a sua pesquisa? Você vai ficar até quando com a gente?* Em alguns momentos os olhares entre eles falavam mais do que qualquer palavra. Na mesma proporção que eu os observava, eu também era observada. E por isso não tinha muito espaço para fazer minhas anotações, meus registros no diário de campo, na verdade o ato de escrever no caderno provocava certa curiosidade, no qual alguns vinham até perguntar-me e olhar o que eu estava escrevendo. Pois os nativos conheciam muito bem a minha língua e escrita, portanto, eles ficavam sempre observando o que eu estava escrevendo, e percebi certo incômodo quando eu começava a registrar e em muitos momentos da descrição me limitava a colocar reticências para depois em casa terminar.

Então, resolvi deixar o caderno na bolsa e comecei a pensar de que forma iria fazer para descrever, registrar as cenas, ações, palavras sem chamar muito atenção deles. E aí me veio à ideia de usar os que panfletos que recebia nas ruas. E foi aí que eu consegui registrar alguns momentos e cenas do cotidiano dos educadores de rua nas ruas de Campina Grande.

Tendo isso em vista, comecei, então, a destacar alguns pontos, algumas falas, alguns fatos e ações entre as próprias criança e adolescentes e, entre estes e os educadores de rua com objetivo de ter um elo de raciocínio contínuo na descrição dos acontecimentos. E assim, que chegar em casa me lembrar e logo registrar no diário. Assim, comecei a descrever todos os detalhes, registrar todas as observações, sobretudo o contexto que nos cercava naquele espaço da rua. Já que a primeira tarefa do estar em campo é a escrita, pois a escrita é um momento de conversação com a experiência vivida e observada, mas uma conversação de segunda mão e, se possível densa.

Portanto, é preciso, na trilha de Malinowski, descrever os elementos constitutivos do campo tais, como espaço, a relação entre os educadores sociais e as

crianças e adolescentes, a relação entre eles mesmos na rua, a família, contexto sócio/econômico em que eles estão inseridos²⁰.

No entanto, é importante, ressaltar que essa dificuldade de registrar os acontecimentos no diário de campo, apenas se restringiu a observação das atividades do programa Ruanda, principalmente quando estávamos na rua com os meninos e meninas. Apesar de estarmos em espaços abertos, estávamos muito próximos uns dos outros e como a curiosidade faz parte da essencial do ser humano, o meu ato de escrever no diário campo criava naquele contexto um querer saber nos nativos do que eu estava a escrever. E, naturalmente ele se aproximavam de mim com o intuito de querer olhar, ler o que eu estava registrando, escrevendo naquele caderno.

3.4. A “*buscativa*” de crianças e adolescentes nas ruas

Após alguns dias nas ruas, passei a ficar mais tempo com os educadores sociais na sede do Programa com o objetivo de observar e sentir o ambiente de trabalho internamente. Até então minhas observações no espaço do Programa Ruanda tinham sido transitórias, marcadas apenas pelo tempo em que eu chegava e os educadores sociais se organizavam em grupos de dois ou três e cada grupo seguia para sua área de trabalho e eu saía com o grupo indicado pela então coordenadora Solânea. Assim, minha permanência no programa era questão de minutos, lá eu estava apenas de passagem.

Agora, passando mais tempo na sala do Programa Ruanda, observando ações e escutando as falas dos educadores sociais e da coordenadora, um dia em uma das reuniões de encaminhamento, estes falavam muito na palavra “*buscativa*” (termo nativo), deixando perceber que esta palavra possuía um peso muito grande nas ações do Programa, que seria, então o centro da proposta do Ruanda no qual, conforme fala a coordenadora tem como princípio a “*buscativa*” das crianças e dos adolescentes nos principais sinais, logradouros e praças do Centro de Campina Grande.

Então, a partir desse momento comecei a prestar mais atenção no diálogo entre os educadores sociais, não só nos momentos das reuniões, ou dos encaminhamentos quando terminava o plantão, mas quando estávamos na rua a “*buscativa*” era a própria

²⁰ MALINOWSKI, Bronislaw Argonautas do Pacífico Ocidental, p. 52-55.

ação dos educadores sociais. Mas o que significa a “*buscativa*” dessas crianças e adolescentes no olhar dos educadores sociais? O termo “*buscativa*” é um conceito insistentemente utilizado pelos educadores sociais para representar o momento inicial de suas ações no cotidiano das ruas, como podemos observar no discurso da coordenadora Solânea, que nos diz que a metodologia dos educadores sociais tem como base a “*busca*”, o contato com as crianças e os adolescentes no espaço da rua.

Assim, a “*buscativa*” significa na linguagem dos educadores sociais, se aproximar, chegar junto das crianças e dos adolescentes, para aos pouquinhos conquistá-los e através do convencimento tira-los do espaço da rua para levá-los para a sua casa, explica Evania. Ainda de acordo com a educadora social,

O termo “*buscativa*” surgiu para substituir o termo abordagem que possui uma conotação policial. Já o termo “*buscativa*”, representa literalmente o ato de buscar, trazer de volta aquela criança e aquele adolescente para o seu ambiente natural, que é a sua família, não importando se é papai e mamãe. Quando falamos em sua família, estamos falando no sentido mais amplo, a família no geral, no qual é o seu lugar direito junto a sua família, e quando não for possível fazer esses resgates para a família, por que para a falar a verdade, nem sempre é possível. Então iremos fazer os encaminhamentos pela rede de atendimento do município. (Nota de campo registrada em 10/01/2012.)

Esse é, de fato, um aspecto central nos discursos dos educadores sociais, todos com quem conversei no trabalho de campo falaram sobre o termo “*buscativa*”. Mas me vinham alguns questionamentos, algumas dúvidas: como era realizada essa “*buscativa*”? Só através da conversa e do diálogo? Do contato e da aproximação? O objetivo é de obter informações a respeito da criança e do adolescente que estão em situação de rua? Então, perguntei, aos educadores sociais (Lúcio, Evania e Emília) que estavam comigo no espaço da rua, na área Av. Canal

Nessa “*buscativa*”, procuramos conhecer a realidade sócio/econômica e cultural dessas crianças e quando eles de início não querem dar informação, não querem conversar, não aceitam a nossa aproximação nós realizamos as oficinas de grupalização, oficina de psicopedagógica, acompanhamento com assistente social, com os psicólogos, com os pedagogos nas ruas.

De maneira complementar, Solânea sustenta:

E depois desse contato, de conseguir endereço, que leva um certo tempo. Não é assim, já no primeiro dia que conseguimos esse endereço. E quando a gente pega o endereço vai fazer a

visita familiar e constatar na família o porquê que essas crianças e adolescentes estão na rua. Então, fazemos um relatório e diante da situação fazemos os encaminhamentos para o PETI, quando existe exploração do trabalho precoce da criança e do adolescente. Para creches quando na casa há muitas crianças na idade de creche. Para as Casa das Famílias que é uma grande parceira também, já da SEMAS. Aí a gente já encaminha para a casa da família, que também já faz aquele acompanhamento junto aquela família daquela criança. Se não tem vínculo nenhum mais com a casa e a gente não tem a princípio para aonde encaminhar, ele está numa situação de muito risco, a gente tem a parceria com os Conselheiros Tutelares que faz o encaminhamento para Casa da Esperança I, que trabalha com meninos, Casa da Esperança II que trabalha com meninas, o Ministério do Farol que atende de 0 a 6 anos, creches, escolas, a saúde se for necessário. Também encaminhamento para a saúde, Bolsa Família, Programa Fome Zero. Então assim, o Programa a Ruanda ele faz todos esses encaminhamentos, esses profissionais tem todo esse trabalho a princípio na rua e depois de atender e diagnosticar cada situação faz os encaminhamentos para as unidades de necessidade da criança e do adolescente. (Entrevista com Solânea realizada em 23/01/2012).

Nesse fragmento, percebemos que Solânea passa também a discorrer sobre a rede de atendimento²¹ que compõe a política social do município, no qual segundo ela, é a retaguarda dos trabalhos do Programa Ruanda. Diz a coordenadora, *"E quando é necessário fazer os encaminhamentos em relação à situação das crianças, dos adolescentes e da família, estes são encaminhados às secretarias, aos programas e as instituições, aos Conselhos Tutelares, pois o Programa Ruanda articula um conjunto de ações que visa retirar crianças e adolescentes da rua."* (Entrevista com Solânea 23/01/12).

O registro fotográfico (03) dos educadores sociais – Lucio, Lourdinha e Valeria, em conversa com uma criança na porta de um supermercado ilustra um pouco da *"buscativa"* - o momento, a maneira, forma como eles se aproximam dos meninos e meninas na tentativa de colher informações a respeito daquela criança.

Essa *"buscativa"*, dos educadores no momento de suas falas, se distancia quando na rua a prática não surti o efeito que se gostaria, em muitos momentos é visível o cansaço e até mesmo o desencanto deles ao reencontrar em muitos casos as mesmas crianças e adolescentes retirados várias vezes da rua.

²¹ A rede de Atendimento do Município de Campina Grande compreende os programas, as instituições e entidades executoras da política municipal, a Casa da Esperança I, a Casa da Esperança II, o Programa Ruanda, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, o Programa Sentinela, o Programa Agente Jovem. Mas para o nosso estudo pesquisamos o Programa Ruanda, a Casa da Esperança I e II e realizamos entrevistas com os coordenadores dos outros Programas acima citados.

Foto 03: Trabalho de campo na Área 01 - crianças pedindo esmola na porta de uma supermercado.



Fonte: Darling de Lira, registro do Trabalho de Campo- área 01 no Centro da cidade em 16/01/2012.

Da mesma forma, nos narra Lúcio²², educador social de rua,

Nosso trabalho é de pouquinho em pouquinho, nosso objetivo é chegar até esses meninos e meninas de uma maneira que a gente possa conversar conquistar um pouco da confiança deles, se não, não teremos nenhum resultado no nosso trabalho. Eles na sua grande maioria são arredios, desconfiados e qualquer ação abrupta ou não, eles se distanciam fica quase que impossível conseguir as informações necessárias sobre a vida deles. E é essa a nossa metodologia a “*buscativa*”, chegar e se aproximar e ganhar espaço entre eles para através do diálogo tira-los da rua, coisa que nem sempre é fácil, pois toda a nossa dificuldade está na família mesmo. O problema é sério. (Nota de campo registrada em 16 01 12).

Sob o olhar destes nativos, eles realizam um trabalho social, que requer tempo, pois é um trabalho gradativo, contínuo de idas e voltas. Como pode ser verificado nesse trecho do diário de campo “*Então, já conseguimos que algumas crianças não voltem mais para as ruas, que alguns adolescentes retornassem para suas casas. Agora, claro que isso não é um número muito grande, mas assim a gente tem conseguido. E quando o Ruanda não está nas ruas à gente ver essa diferença*”, diz Valeria, educadora social. (Diário de Campo, 16/01/2012)

²² Lúcio possui o ensino médio e trabalhou no Programa até fevereiro de 2013, quando foi afastado devido à mudança de prefeito no município.

Foto 04: Trabalho de campo na Área 01 - crianças pedindo esmola na porta de um supermercado.



Fonte: Darling de Lira, registro do Trabalho de Campo- área 01 no Centro da cidade em 16/01/2012.

De acordo com a fala dos educadores, quando eles começam a fazer contato com as crianças e os adolescentes, eles procuram estabelecer uma relação de proximidade, escuta e acolhimento. E, é através dessa escuta e acolhimento, que ocorre, o que eles chamam de “buscativa”. Assim, a “buscativa” junto às crianças e aos adolescentes tem sentido, de ruptura com uma posição autoritária de outras instituições, como por exemplo, a polícia, *“Nos, quando estamos no espaço da rua buscamos tecer com eles um laço de pertença com o grupo e, a partir dos laços construídos realizarmos os encaminhamentos necessários a cada situação”*. Diz Lourdinha, educadora social, conforme foto 04.

Lourdinha, como podemos notar na foto 04, demonstrar que a oferta de um espaço de acolhimento e escuta no primeiro momento do constato, da “buscativa”, à essas crianças e adolescentes em situação de rua, faz do Ruanda, de fato, um Programa de proteção social. Está cena da foto 04, nos mostra claramente aquilo que Rocha (2006) assinala como ponto fundamental, já que para o autor a escuta e a consideração daquilo que os jovens têm a dizer a respeito de si próprios e do seu mundo abalizam a construção de projetos, de políticas sociais que subsidiará as instituições, as OGs e ONGs, a Rede de Atendimento e, no caso do Programa Ruanda norteará as decisões e os encaminhamentos necessários.

Uma das questões observada refere-se à presença das mães acompanhadas de seus filhos pedindo dinheiro na rua, quando não estão olhando-os de longe e sempre que

eles recebem dinheiro se aproximam para pegar o dinheiro. Evania, uma das educadoras de rua, nos conta que a presença de um adulto, seja da família ou não, é uma realidade constante no dia a dia deles, essa família, Ou seja, essa mãe (foto 05), por exemplo, é cadastrada no Programa Ruanda, inscrita no programa bolsa família. Mas, sempre a encontramos com os filhos na rua, e quando perguntamos o que ela está fazendo na rua. Ela responde que está com água atrasada, com a luz atrasada, e que já foi na Secretaria de Assistência social, mas não conseguiu o dinheiro para pagar as contas.

Ainda, conforme a fala de Evania, muitas das crianças e adolescentes que se encontram nas ruas pedindo dinheiro, são levadas para a rua pela própria família, vizinhos, parentes, ou são alugadas para os vizinhos, que vão para pedirem esmolas, dinheiro, vender balas, ficar nos sinais de trânsito. É um círculo vicioso que é passado de geração em geração, existem muitos casos desses que são acompanhados pelo Programa Ruanda.

Dessa população infanto-juvenil em situação de rua, uma parcela significativa são crianças e adolescentes que acompanham seus pais para ajudar na coleta de papelão, latinhas, garrafas pets; na venda de alguns produtos tais como: balas, verduras, frutas, amendoim, rosas, dentre outros produtos. “São as crianças e adolescentes que trabalham nas ruas, mas que voltavam para as suas casas”, ou seja, são crianças e adolescente *na rua* e não *de rua* diz Lourdinha.

Foto 05: Trabalho de campo na Área 01 - crianças pedindo esmola juntamente com a mãe nas ruas centrais.



Fonte: Acervo pessoal da autora, registro do Trabalho de Campo - área 01 no Centro da cidade em 18/01/2012.

Como forma de ilustrar essa realidade de “crianças e adolescente trabalhando nas ruas ou sendo exploradas por seis pais”, mas que não possuem nem vínculo com a rua, como destacam os educadores sociais, a fotografia (06) registra o número de crianças e adolescentes que sempre quando o comércio fecha suas portas começam a pegar os papelões e levar em carroças de burros.

Entretanto, diz Valeria, educadora social,

É importante, ressaltar que neste contexto do trabalho na rua, encontramos muitas crianças e adolescentes que ajudam os pais, mas que estudam e não possuem nenhuma experiência de rua, ou seja, eles vivem no limiar da fronteira entre a rua e a casa. Eles passam por essa realidade, mas não se enquadram na situação de rua. Eles estudam, tem vínculos familiares e só estão na rua naquele período do trabalho de catador de papelão ajudando os pais. É fundamental, ressaltar que os seus pais não possuem a cultura da rua. (Nota de Campo realizada em 10 01 2013).

Foto 06: crianças e adolescentes recolhendo papelão no centro de Campina Grande depois que o comércio fecha.



Fonte: Acervo pessoal da autora, registro do Trabalho de campo - área 01 no Centro da cidade em 10/01/2012.

Outro ponto diz respeito à questão da idade, essas crianças e adolescentes começam ir às ruas ainda bebês, outras a partir de 3 e 4 anos, e assim sucessivamente, sendo usadas pelos adultos para pedir esmolas. É importante ressaltar que a pouca idade das crianças parece ser um fator extremamente apelativo no que se refere a receber esmolas e todo o tipo de cuidados nas ruas. Quanto mais nova a criança mais facilmente

ela é associada à imagem de criança vítima, sendo que, à medida que o aspecto físico dessa criança vai se alterando, ela vai perdendo o status de vítima e assumindo o papel de vitimizadora, conforme registro fotográfico 07.

Como podemos observar na fotografia 07, que retrata a ação das duas educadoras sociais, a do lado esquerdo é Lourdinha (pedagoga) e do lado direito Valeria (Assistente Social), que em conversa com Sandra (pedinte), procuram saber onde ela está morando, com quem ficaram seus outros dois filhos e porque ela estava na calçada com a sua filha, já que ela sabia que não poderia expor a criança daquela forma.

Foto 07: Educadores (Lourdinha e Valeria) sociais conversando com a mãe que pedi esmola com bebê de 06 meses de idade.



Fonte: Acervo pessoal da autora, registro do Trabalho de campo - área 01 no centro da cidade em 12/01/2012.

Como explica Valeria,

A gente acompanha Sandra, desde 2009, quando ainda era uma adolescente que vivia nas ruas, perambulando com outros meninos e meninas, até engravidar de um adolescente de seu grupo e foi morar na casa da mãe dele. Mas devido o pai de seus filhos ter se envolvido com gente da pesada e ter sofrido alguns atentados de morte, o mesmo está foragido e ela saiu da casa da sogra por medo. Foi para outro bairro onde alugou um quartinho e mora com os filhos. E faz da mendicância o seu meio de vida usando os filhos. Já fizemos encaminhamento do caso dela para SEMAS para ser assistida pelos programas da secretaria, inclusive o de moradia paga o aluguel dela, mas mesmo assim ela ainda retorna para as ruas. (Nota de campo registrada em 12/01/ 2012 – educadora social Valeria)

Observa-se no presente relato uma preocupação da educadora social em justificar que aquele caso já estava sendo acompanhado pelo o Programa Ruanda e que já tinham sido feitos os devidos encaminhamentos para a Secretaria de Assistencial Social - SEMAS. Ou seja, o que incumbia Programa foi feito. Se ela (pedinte) estava ainda nas ruas pedindo esmolas, era por motivos de “querer mesmo” estar naquela situação.

Neste sentido, pode-se supor um discurso fatalista, que representa a pobreza em termos de falta sorte. Um discurso conformista que demonstra a ideia de uma falta de ação em querer sair daquela situação, E outro discurso no olhar assistencialista, que representa a solução do problema em termos de caridade.

No entanto, acreditamos que não se trata apenas de um ponto de vista determinista em que se considera que as crianças e adolescentes em situação de rua terão filhos que viverão nas mesmas condições. Como podemos notar na fala de Valeria:

As crianças e os adolescentes em situação de risco pessoal e social passam a aceitar a rua como uma possibilidade de vida, estando muito mais expostos e envolvidos aos atrativos do viver na rua. E este é dos nossos maiores obstáculos o que oferecer a estes meninos e meninas para convencê-los a sair das ruas. (Nota de Campo realizada em 12 01 2013).

Percebemos, portanto, a idéia de que a população infanto-juvenil de rua é historicamente compreendida como consequência da situação sócio-econômica e de maus-tratos familiares. Assim realça o discurso sobre quanto à miséria e o fenômeno da “casa vazia” – ausência de adultos no entorno da criança, a falta de cuidados e de rituais de vida familiar – podem tornar crônica a experiência de rua de inúmeras crianças e adolescentes.

Essa realidade social indica que elas vivem em situação de necessidades de seus direitos mais básicos: alimentação, saúde, moradia, educação, lazer. Dentro desse contexto, o mais grave e preocupante é saber que, a maioria dessas crianças e adolescentes está entre as famílias pobres e indigentes, seja em decorrência da estruturação social e econômica do país, seja pela não efetivação das políticas públicas, por parte dos governantes. Como é ratificada na fala da coordenadora da Casa da Esperança I, quando do seu relato sobre a história de vida das crianças e adolescentes assistidos pela Casa:

A maioria dos casos, a família está realmente desestruturada, nós encontramos assim, alto índice de prostituição das mães, de alcoolismo dos pais, irmãos alcoólatras, irmãos usuários de drogas, aí a criança é excluída desse contexto, então ela vai para as ruas, e são poucos os casos em que a família tem condições de ficar com a criança, são pouquíssimas, esses casos em que a família apresenta condições, nós fazemos essa reintegração e quando a família por algum motivo, que nós já tivemos caso aqui em que a mãe se recusou a ficar com o filho aí nós encaminhamos para a Curadoria e para Promotoria para que a Justiça realmente determine como essa criança vai ficar, mas assim, a real situação na maioria das vezes é de extrema miséria, é de miserabilidade. (Entrevista realizada na sede do Abrigo Casa da Esperança I em 20/01/2012)

Foto 08: Educadores (Evania e Valeria) sociais conversando com as crianças que estão pedindo esmola na frente do supermercado.



Foto de Darling de Lira, registro do Trabalho de Campo - área 01 no Centro da cidade em 19/01/2012.

Conforme os relatos dos educadores sociais, muitas dessas crianças e adolescentes se enquadram em condições de vulnerabilidade social. Para os educadores sociais, a história de vida de alguns desses meninos e meninas é fato contundente para esclarecer as causas que os levam à situação de rua. Como podemos notar no depoimento abaixo:

Em muitas das histórias de vida dessas meninas e meninos em situação de rua, existem casos, onde uma adolescente foi estuprada e engravidou do padrasto, então a mãe a expulsou de casa. Outra adolescente foi estuprada pelo o irmão. Muitos

meninos que são espancados pelo pai que é usuário e drogas. Outra que saiu de casa porque não gostava da namorada da mãe. Agora, mesmo estamos acompanhando um caso de uma criança de 08 anos que esta com doença venérea e pelo histórico familiar a suspeita é o próprio pai. O Conselho Tutelar e a policia já estão no caso. (Educador Social – A, relato em 19/01/12 no trabalho de campo).

Foto 09: Crianças vendendo milho na porta de um evento no período noturno, na Área 03.



Fonte: Acervo pessoal da autora, cotidiano das ruas de Campina Grande em 13/06/2013.

Cabe observar que sempre que foi possível registramos ao longo do nosso trabalho de campo os nossos encontros, contatos com as crianças e adolescentes, com os as mães ou os pais quando eles concordavam, em muitos casos eles permitiam, principalmente, quando era o pai que estava com o filho, ou os filhos. Alguns pais e algumas mães ficavam agressivos e nos xingavam muito, mesmo sem demonstrar intenção de tirar foto, mas só pelo simples fato da presença dos educadores sociais se aproximarem. Muitos se levantavam e saiam xingando.

Assim, nessa busca do querer saber mais que são que são esses meninos e meninas em situação e rua e como vivem a “*cultura da rua*”, continuamos nossa caminhada na área 01.

Foto 10: Educadores sociais conversando com a mãe das crianças que estão pedindo esmola.



Fonte: Acervo pessoal da autora, registro do Trabalho de Campo - área 01 no centro da cidade em 09/01/2012.

A foto registra a cena de três irmãos que, em companhia da mãe, sempre vem para centro da cidade para pedir dinheiro, conforme relata Valeria,

Esta família já é cadastrada e acompanhada pelo Programa Ruanda, inclusive está inscrita no programa bolsa família, mas mesmo assim, explicar educadora social, vem mendigar nas ruas e só vai embora quando a gente chega junto, aí ela desfaça e diz que está na rua para resolver alguns problemas e vai embora, mas ela sempre mudar de lugar e quando vê a gente chegar sai andando. (Nota de campo registrada em 17 01 2012).

Ainda na área 01 encontramos alguns adolescentes nos sinais de trânsito fazendo malabarismo com varetas e que depois vão pedir dinheiro aos motoristas. Esses mesmos meninos também perambulam pela área 03 na Av. Canal onde irei descrever mais adiante.

A realidade socioeconômica dessas crianças e adolescentes, também é corroborada na fala da coordenadora do Programa RUANDA, a assistente social, Solania Maria da Chagas, que nos apresenta que, de fato, a grande maioria das crianças e dos adolescentes, para não dizer todos, que são atendidos pelo Programa se encontra no contexto de vulnerabilidade sócio, econômico e cultural:

A questão é a conjuntura econômica. Na maioria das vezes, as familiares estão desagregadas, não gosto muito dessa palavra desagregada. Mas assim, elas estão de uma certa forma, a

margem daquilo que deveria está na sociedade. Essa, é a realidade, na grande maioria dessas crianças e adolescentes, são famílias que estão ainda se ajustando, financeiramente estão ainda abaixo da linha da pobreza. (Entrevista realizada na sede do Programa RUANDA em 22/03/2012)

Foto 11: Adolescentes fazendo malabarismo no sinal de transito no Centro da cidade.



Fonte: Acervo pessoal da autora, registro do Trabalho de Campo - área 01 no Centro da cidade em 11/01/2012.

Foto 12: Educadores sociais (Valeria e Evania) conversando com os adolescentes que estão fazendo malabarismo no sinal de transito no Centro da cidade.



Fonte: Acervo pessoal da autora, registro do Trabalho de Campo - área 01 no Centro da cidade em 11/01/2012.

Após algumas idas ao campo, senti que era possível me aproximar mais diretamente das crianças. Senti que alguns meninos não questionavam a minha presença e me recebiam bem. A trajetória de vida de muitas dessas crianças e adolescentes em situação de rua, conforme os relatos dos educadores sociais, demonstram certa repetição dos caminhos dos seus pais. Ao longo da nossa caminhada, me deparei com dois irmãos que faziam malabarismo no sinal do açude velho. Trata-se de uma família onde o pai é usuário de drogas e vive nas ruas pedindo dinheiro e cometendo furtos. Os meninos são órfãos de mãe. O pai convive com uma mulher que também é usuária de drogas. Os dois passavam o dia todo na praça bebendo e usando drogas e enquanto os irmãos ficam no sinal fazendo malabarismo. Paralelamente à vida do pai e sua companheira, as crianças criavam estratégias para viver nas ruas, atrelando lazer e sobrevivência por meio de brincadeiras no trânsito.

Ainda segundo relatos dos educadores sociais o pai é muito agressivo, bate muito na mulher e nos meninos. É interessante, observa que os irmãos cuidavam um do outro.

Foto 13: Os meninos estavam me mostrando como eles faziam malabarismo no sinal de trânsito na Av. Canal.



Fonte: Lúcio, registro do Trabalho de Campo - área 03 na Av. Canal em 12/01/2012.

Nesse registro fotográfico (13) no campo, nos permitir criar um imaginário daquela ocasião sobre quem são e o que fazem essas crianças e adolescentes em situação de rua. Momentos únicos e inesquecíveis, essas imagens representam um pouquinho da realidade social desses meninos no espaço da rua. Nesse cenário, a rua representa um espaço de brincadeiras, de diversão, de liberdade e de ganhar dinheiro. Mesmo em condições tão adversas, eles vivem na posição de criança e de adolescente, sujeito de direitos como reza o Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse pensamento parece partir do olhar desses meninos e meninas no espaço da rua, pois dificilmente os encontramos chorando, ou tristes ou isolados. Em quase todos os momentos em que nos aproximamos, eles nos receberam com alegria, empolgação e pediam que eu tirasse fotos deles. Queriam muito mostrar o que sabiam fazer e se sentiam orgulhosos – *E aí gostou*, perguntou eufórico, André, depois que fez a apresentação com as paletas de malabarismo. *Sim, gostei muito*, respondi. De repente, os educadores se aproximam rápido e me chamam para irmos embora, pois o pai dos meninos vinha na nossa direção e, segundo os educadores, ele era uma pessoa muito violenta.

Neste mesmo dia no trabalho de campo, já em outro trecho da área 03, deparamo-nos frente a frente com 3 crianças, tinham por volta de 8 a 12 anos. Digo isso não só pelo tamanho, mas pela aparência infantil também. Elas não foram nada amistosas quando viram os educadores sociais, fizeram meia a volta e correram se distanciando cada vês mais da gente, nós continuamos a caminhar no mesmo sentido que eles corriam e, eles olhavam para traz e gritavam, xingavam, um deles abaixou a bermuda. Neste, momento Evania fala – *Agora, sim você foi batizada Darling, bem vinda ao time. “Essa cena, que você acabou de presenciar, Darli, faz parte do nosso cotidiano!! Mas se ficasse apenas nisso era bom. Só que existe casos em que muitos estão violentos, principalmente, que eles usam algum tipo substância alucinógena, ou até mesmo o crack”*. Em nosso trabalho, muitas vezes corremos riscos, diz Lúcio, Educador Social. Importante, lembrar que minha fala representa interpretações de segunda mão (Geertz, 1989), das interpretações dos educadores sociais sobre a história de vida das crianças e adolescentes em situação de rua.

Foto 14: Educadores sociais conversando com os adolescentes que estão fazendo malabarismo no sinal de trânsito em dos sinais da Av. Canal.



Fonte: Acervo pessoal da autora, registro do Trabalho de Campo- área 03 na Av. Canal em 12/01/2012.

O trabalho nas ruas é cansativo, debaixo de sol ou chuva e sempre andando de um ponto a outro. Mas quando temos a oportunidade de vivenciar por um momento essas realidades, pode-se observar a reação de alguns deles como apenas o desejo de se exhibir, se mostrar ou demonstrar o que sabe fazer, outros fazendo brincadeiras, enquanto outros um pouco agressivos. São crianças e são adolescentes que buscam no espaço da rua o que não encontraram em casa, na escola, na comunidade e na sociedade. Muitos são tão carentes de cuidado que um simples fato de uma estranha (eu) lhe dar um pouquinho de atenção já é um grande motivo de alegria para eles.

Neste momento da pesquisa, como não se deixar ser *afetada* pelo sorriso, pela brincadeira que estabelecia a relação e a comunicação. Não há como ser indiferente ao sorriso de uma criança. Muitas das situações que vivi no campo era com eles, rindo, brincando, às vezes mentindo e até xingando. Esse foi um dos melhores momentos no trabalho de campo, eu não sei quem estava mais feliz se era eu ou os meninos (foto 15).

Foto 15: Adolescente brincando de malabarismo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, registro do Trabalho de Campo - área 03 na Av. Canal em 12/01/2012.

Neste espaço, há um paralelismo semântico entre “rua”, “menino”, que torna possível conjecturar uma determinada previsibilidade no modo de ser e de agir desses que, considerados pela sociedade mais ampla como “meninos de rua”, também se vêem e se reconhecem enquanto tal de acordo com o momento, com a situação e principalmente de quem o olha. Ou seja, trata-se de práticas e de representações que ganham sentido a partir das várias relações existentes no tempo e no espaço, que configura um modo de vida, acima de tudo de “viração”²³ entre rua, família, instituição, rua. E assim, circulando por relações e espaços que marcam a história de vida dessas crianças e adolescentes.

²³ Refiro-me à palavra “viração”, tal como ela foi empregada por Gregori (2000) no seu livro que, não por acaso, tem o título de “Viração”. Para a antropóloga, viração pode ser entendida primeiramente como “um termo usado coloquialmente para designar o ato de conquistar recursos para a sobrevivência”. Mas, mais que isso, a viração guardaria consigo algo que vai além da mera sobrevivência, embora seja seu instrumento: “uma tentativa de manipular recursos simbólicos e ‘identificatórios’ para dialogar, comunicar e se posicionar” – o que implica adotar várias posições de forma não excludente. Nesse sentido, “viração” é uma noção que sugere uma comunicação persistente com a cidade e com seus vários personagens (Gregori, 2000:31). Há ainda um círculo viciado na “viração” e que faz dela uma situação extremamente aprisionante no caso dos meninos de rua, pois há quase uma impossibilidade de ruptura desse ciclo que perfaz suas vidas e experiências e dificulta, a despeito do apoio institucional, a transição para a maioridade.

4. Desvelando alguns discursos sobre as crianças e os adolescentes em situação de rua: no olhar dos protagonistas da Rede de Atendimento

4.1. O educador social e a criança e adolescente em situação de rua: alguns olhares do Outro

Durante minha pesquisa de campo, muitas vezes ouvi os educadores falarem, “mas Rodrigo não estava na Casa da Esperança I, e já está nas ruas de novo”; “Olhe! onde Leandro está, conversei com a avó dele ontem, e o menino já está de novo por aqui” (Lúcio, educador social). Muitas e muitas vezes ouvi esses relatos dos Educadores Sociais bem como no diálogo com as crianças e os adolescentes. “Mas, rapaz de novo por aqui. Agora vou para o Conselho Tutelar não vou mais falar com sua mãe, não”, diz o educador Lúcio.

As vozes dos educadores apresentam um processo contínuo de idas e voltas dessas crianças e adolescentes entre a casa e a rua. Para Marchi (2007), são “crianças em circulação”, que se relacionam com outros contextos além da rua. Muitos deles costumam, na melhor das conjecturas, “circular” entre a família, a rua, as instituições e a escola. Gregori (2000) apresenta o termo *viração*, para explicar a prática de “se virar” para sobreviver. Para a autora, o termo *Viração* é uma noção exemplar para descrever o processo singular das experiências travadas pelos meninos e meninas em situação de rua.

Tais concepções das autoras acima me parecem ilustrativas para demonstrar as primeiras impressões acerca das observações do cotidiano dessas crianças e adolescentes em situação de rua. Eles de fato buscam “*se virar para sobreviver*”. No trabalho de campo, observamos aqueles que vendem produtos alimentícios nas ruas, balas nos sinais trânsito, nos ônibus, são flanelinhas, catam papelão, garrafas pets, são pedintes, brincam muito e também brigam de forma até muito violenta às vezes, e alguns realizam pequenos furtos, são usuários de thinner, cola, e agora o crack também. Como podemos observar no relato da vice-coordenadora do Programa Ruanda Janeuza Santos,

Logo quando comecei a trabalhar no Ruanda no ano de 2005, como Educadora Social, encontrávamos crianças e adolescentes usando colar de sapateiro, depois trocaram a cola pelo thinner que é removedor de tintas, em alguns casos usuários de maconha, mas hoje a grande maioria usa crack e estão cada vez mais agressivos. (Nota de Diário de Campo 24/04/2013)

Nesta fala, nota-se uma concepção negativa da trajetória de vida dessas crianças e adolescentes. Essas concepções e imagens historicamente produzidas sobre a realidade desse grupo são elementos substanciais para a construção de um discurso maniqueísta, no qual em alguns contextos, especialmente, quando eles são crianças de até 12 anos, trabalhando nas ruas ou só perambulando, o discurso é de que as crianças que estão na rua são vítimas, uma vez que são desprovidas de infância, de seus direitos mais básicos, como reza o ECA (1999)²⁴.

Nesse sentido, observa-se um discurso assistencialista, no qual criança e o adolescente são vistos puramente como “vítimas”, que inspiram cuidados e proteção. Por outro lado, e em geral, nos momentos que essas crianças e os adolescentes atentam atos infracionais, são vistos como “delinquentes”, e lhe são atribuídas às capacidades de “adulto” e costuma-se exigir as mesmas responsabilidades. Assim, eles são vistos como uma ameaça à sociedade que deve deles proteger-se, criando estratégias de penalização e repressão. Sobre essa perspectiva, Rizzinni ressalta:

Esta visão ambivalente em relação a criança – em perigo versus perigosa, torna-se dominante no contexto das sociedades modernas, crescentemente urbanizadas e industrializadas. No Brasil, ao final do século XIX, identifica-se a criança filha da pobreza – ‘material e normalmente abandonada’ – como um “problema social gravíssimo”, objeto de ‘magna causa’, a demandar urgente ação. Do referencial jurídico claramente associado ao problema, constrói-se uma categoria específica – a do menor – que divide a infância em duas e passa a simbolizar aquela que é pobre e potencialmente perigosa, abandonada ou ‘em perigo do ser’; pervertida ou em ‘perigo de o ser’ ... (Rizzinni, 1997,p.6)

A compreensão da infância e adolescência em situação, tal como descrevemos hoje, são características das sociedades modernas e industrializadas. Esta concepção surgiu no final do século XIX e início do século XX, conforme demonstrado por Rizzinni (1995), que discorreu a respeito do surgimento da infância que passa a ser ente “judicializada” (Rizzinni,1995) e a pobreza “criminalizada” (Pilotti,1995; Scheinvar, 2002). Artifícios jurídicos, então, transformam pobreza em irregularidade e as

²⁴ Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. O ECA -estabelece a “Doutrina de Proteção Integral”. Entre os pressupostos do ECA, pode-se destacar no artigo 4º: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (ECA,1999,p.5).E ainda, segundo o artigo 5º: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”(ECA,1999,p.5).

estratégias de sobrevivência das famílias e suas crianças em “crimes” ou “contravenções”. Cada vez mais, a partir de então, o substantivo “menor” estará associado a uma preocupação com a criança “solta”, “não tutelada” e que, por isto mesmo, perambula pelas ruas sujeita a diversas experiências, entre as quais a prática de delitos (Alvim e Valadares, 1988; Arantes, 1995).

Essa representação sobre a população de rua infanto-juvenil apresenta-se ainda hoje, século XXI, quando das nossas observações nas ruas de Campina Grande-PB, com olhar para os movimentos de “circulação” e “viração” que essas crianças e adolescentes realizam. Esses movimentos ilustram as atividades que esses desempenham na dialética e dinâmica da rua, essas atividades muitas são lícitas e outras ilícitas, sendo que entre as primeiras temos perambular, esmolar, trabalhar, brincar e dormir (Rosemberg, 1996). As atividades ilícitas compreendem a uso de drogas, furtos e roubos, e a prostituição. Nesse sentido, determina-se esse grupo social no contexto do espaço urbano ora como “vítimas” ora como “delinquentes” (Rizzinni, 1997).

Conforme a fala de Solânea,

Olha deixa eu te falar, porque existe uma diferença de criança na rua e criança de rua. O número de criança que perderam totalmente o vínculo familiar, são poucos pelo menos daqueles que a gente tem trabalhado aqui nas ruas de Campina Grande. O número daquelas crianças que vai e volta que passam o dia nas ruas pedindo e a noite volta para casa, esses sim são em números bem maiores. Tem vários perfis dessas crianças e desses adolescentes. Tem aqueles trabalhadores, que estão nas ruas, mas eles estão nas ruas acompanhados com os pais empurrando aquelas carrocinhas de papelão das 17:00hs a 20:00hs. Esse é um perfil de uma criança e de um adolescente que está acompanhando do pai ou da mãe, é a criança trabalhadora que está lá para catar papelão, para catar latinhas com os pais. Já tem aquelas outras crianças que estão nas ruas para pedir nos sinais, esses são em números maiores. E tem algumas adolescentes que estão realmente até sendo muitas vezes abusada sexualmente, nas ruas, nas esquinas. Essas encontramos mais a noite. E nas praças à noite encontramos os meninos e as meninas que são explorados sexualmente, também tem esse perfil dessa criança e adolescente na rua. E tem aqueles que dormem e perdem totalmente o vínculo familiar. São poucos, como eu já disse. (Entrevista sala do Programa Ruanda Coordenadora Solânea, 23/01/12)

Neste trecho da entrevista com a Coordenadora do Programa, ela apresenta, no primeiro momento, uma tipologia de dois perfis de criança e adolescentes em situação de rua, que corresponde aos primeiros estudos a respeito dessa população infanto-juvenil. Como enfatizam Gregori, (2000), Graciani (1997), Rizzini e Rizzini (1993),

diversos são os motivos que levam crianças e adolescentes a se tornarem, inicialmente “meninos e meninas na rua” e, posteriormente “meninos e meninas de rua”.

Numa terceira-feira, dia 07 de fevereiro, umas 18:45 já estava perto das meninas do Ruanda terminarem seu horário, estávamos sentadas na praça da Bandeira e estávamos cansada, eu, Evania e Valeria. Neste dia tínhamos andando muito, Praça da Bandeira, Praça Clementino Procópio, Rodoviária Velha e a Integração com muitas idas e voltas em círculos. Não sei se era só o cansaço, mas estava bem desanimada ao ponto das meninas ficarem preocupadas e perguntarem o que tinha. Na verdade, quando a eu parava para descansar, as educadoras às vezes vinham ao meu encontro para conversar. E este era um dos momentos em que as educadoras começavam a narrar às trajetórias de vida daquelas crianças e adolescentes e testemunhavam algumas frustrações e angústias. Naquele momento, eu ficava silenciosa e quase estática, só ouvindo e olhando aqueles personagens passarem tão distantes e ao mesmo tempo tão perto.

Em um desses momentos, Valeria começou a contar a história de um desses meninos, que se encontra em situação de rua,

Sabe, nos deparamos com varais histórias de vida. Está vendo aquele menino ali, ele perdeu a mãe, ainda muito pequeno, ficou ele e o irmão mais novo com o pai que se casou de novo, mas eles não gostavam da madrasta. Em um determinado dia o pai foi assinado na frente dele. Depois disso ele e o irmão saíram de casa e vivem perambulando nas ruas, fazendo malabarismo nos sinais de trânsito e ele é muito agressivo, ele tem 13 anos de idade e o irmão tem 11 anos. Procuramos a família, encontramos o avô paterno, que não quis ficar com eles. Então a gente foi até casa deles onde mora a madrasta que disse que ficaria com o mais novo, mas o mais velho não, porque ele é muito agressivo. Então através do Conselho encaminhamos para a Casa da Esperança I, no qual passou mal e quando foi levado ao hospital foi diagnosticado um caso de grave de insuficiência renal, chegou a perder um dos rins. E quando já se sentia melhor fugiu do hospital e o irmão quando soube fugiu de casa. Até então vivem entre a casa e rua. (Valeria, nota diário de campo- 07/02/12).

Nota-se nesse discurso da educadora, um tom macabúzio, de angústia e de principalmente de impotência diante da realidade. É plausível imaginar que a concepção da educadora sobre essas crianças e adolescentes em situação de rua os caracteriza nesse contexto como uma vítima da família, da sociedade, das instituições e até dos programas de atendimento. Essa concepção sobre essa população infanto-juvenil como vítimas da vida está presente em diversas falas de educadores sociais. Lourdinha, por exemplo, legitima esta compreensão ao afirmar que:

Esses meninos são filhos de famílias pobres carentes, desestruturada, muitos nem tem pai e nem são criados pelas mães, que na sua grande maioria ganham vida se prostituindo. A grande maioria são criados pelos os avôs, que não possuem mais força para criar seus netos. E a única renda família é a aposentadoria dos avôs. Alguns até já são beneficiários do programa Bolsa família, mas muitos perdem por que abandonam a escola. (Educadora Lourdinha, nota diário de campo 08/02/12).

A literatura sobre crianças e adolescentes em situação de rua (Gregori, 2000; Graciani, 1997; Rizzini& Rizzini, 1996; Rosemberg, 1996) assinala para o fato de que a existência deste nas ruas está relacionada a algumas culturas populares onde a pobreza, o abuso, o descaso, a violência física, emocional e sexual está profundamente presente. Neste sentido, podemos observar que são vários os fatores que contribuem para construção do problema social crianças e adolescentes em situação de rua.

Corroborando com as mesmas concepções já descritas acima, Evania educadora Social diz,

Em muitas das histórias de vida dessas meninas e meninos em situação de rua, existem casos, onde uma adolescente foi estuprada e engravidou do padrasto, então a mãe a expulsou de casa. Outra adolescente foi estuprada pelo o irmão. Muitos meninos que são espancados pelo pai que é usuário de drogas. Outra que saiu de casa porque não gostava da namorada da mãe. Agora, mesmo estamos acompanhando um caso de uma criança de 08 anos que esta com doença venérea e pelo histórico familiar a suspeita é o próprio pai, o Conselho Tutelar e a policia já estão no caso. (Educador Social – A, relato em 11/01/12 nota de campo).

Para Lusk (1988), a vida dessas crianças e adolescentes nas ruas se caracteriza pela fome, ausência completa de privacidade, supervisão, educação e segurança, além de ser marcada pela exploração e marginalização. Por conseguinte, Prado e Gomes (1993), defendem que associada aos problemas familiares, à pobreza torna-se o fundamental fator que empurram essas crianças e adolescentes as ruas em busca de geração de renda, seja por meios socialmente aceitos ou não.

Lúcio, educador social, relata que, quando faz visitas domiciliares à realidade que encontra sempre é muito difícil,

Temos caso, de alguns meninos e meninas em que não se trata de extrema pobreza, como na grande maioria que moram em becos, favela e em bairros muito carentes, são de família humilde, mas que tem sua casa própria. E problema aí é a falta de autoridade em casa, se que podemos chamar assim, ou

melhor, a falta de um responsável pela criança ou o adolescentes. Quando vamos conversa com o pai, mãe ou responsável. A resposta é sempre a mesma. Eu não sei mais o que fazer. Esse menino não me obedece mais moço. Eu reclamo! Mais ele não pare em casa. Diga lá pra ele vim para casa, por favor. E é essa situação. Não podemos contar com a família. (Educador Social, nota diário de campo 05/02/12).

As palavras do Educador Social nos soam como o reflexo não só da questão econômica, mas da relação familiar que retrata um dos pontos nas discussões literárias sobre esse problema social na atualidade, quando o educador faz referência a questão da “falta de um responsável” pela criança e o adolescentes, nos consente refletir que este é um fato que possivelmente enfraquece a relação familiar ao mesmo tempo em que contribui para fortalecer a relação criança e rua. Neste caso, de acordo com a fala do Educador o problema está na instabilidade familiar que pode ocorrer devido a vários motivos separações, mortes, violências doméstica, abuso sexual e, isto aliado a instabilidade econômica estrutural. Arend (1994) desenvolveu, em um dos capítulos de sua dissertação, a questão da violência com relações as crianças, apresentando descrições de alguns casos de maus tratos infantis, defloramento e incesto, no final do século passado, discutindo a população infantil sob ótica dos laços familiares. Por outro lado, Rodrigues (1998) defende que não se pode analisar somente sob o ponto de vista da educação familiar. Para o autor, é necessário igualmente considerar e analisar as causas sob o ponto de vista das condições de vida, desigualdade social, injustiça, presenças de núcleos de aculturação, desgostos, pobreza, habitação carência, enfim, um conjunto de fatores psíquicos - sociais e ambientais.

Nesse sentido, mesmo que as circunstâncias familiares dessas crianças e adolescentes sejam instáveis com conflitos muitas vezes intoleráveis para elas, provocando a saída de casa para a rua, ou quando não sua expulsão disfarçada ou determinada, é necessário que tomemos cuidado para que uma situação de conflito não seja mais uma forma de sustentar o imaginário social sobre a pobreza, estigmatizando a família pobre como "desestruturada" ou "desajustada", incapaz de promover um desenvolvimento harmonioso e integral de seus filhos.

Assim sendo, uma das faces que podemos enxergar nas narrativas que procuram explicar a *situação de rua* de muitas crianças e adolescentes é a complexa relação família/criança e adolescente/rua, assumida por muitos autores como uma das maiores causas do fenômeno social crianças e adolescentes em situação de rua, que se

tem vindo a assumir como uma realidade com visibilidade crescente no contexto da nossa sociedade.

Interessante notar que ao invés de contradição, podemos estar lidando com complementaridades. Há de fato uma imbricação dessas causas que promovem a situação de rua de crianças e adolescentes. Aptekar (1996), por exemplo, defende que as dimensões apontadas como causas do problema infanto-juvenil em situação de rua são: a pobreza, a violência doméstica e a modernização da própria sociedade. Por sua vez, Graciani (1997) defende que os estudos com criança e adolescentes em situação de rua precisam entender os mecanismos políticos e econômicos que estão por trás dessa situação. Assim, para a autora, a compreensão dessas relações sociais, baseadas nesses mecanismos políticos e econômicos, exige a apreensão de como a lógica destas relações se expressam na vida dessas crianças e adolescente, fazendo-se necessária a retomada dessa questão a partir da realidade socioeconômico de sua família.

Ainda ao longo da nossa caminhada no campo, muitas dimensões citada pelos os autores acima foram aparecendo, e também foi possível observar com base em muitas das histórias narradas pelos educadores sociais que existem vários perfis de crianças e adolescentes em situação de rua, o que nos ajudou a entender que muitos deles não se encontram nesse contexto de *situação de rua*, e nem na categoria “*meninos e meninas de/na rua*”. Por exemplo, é o caso daqueles que apenas estão acompanhando seus pais na realização de trabalhos como catador papelão e outros materiais recicláveis, mas que estudam e moram com os pais. Ou seja, esse grupo não se enquadra na categoria situação de rua - perambulando, pedindo esmola, furtando, fazendo uso de drogas lícitas ou ilícitas. Como destaca educadora social Evania, que no espaço da rua há crianças e adolescentes que não vivenciam a *cultura da rua*, que não tem nenhuma *experiência da realidade da rua*. (Nota de campo em 15/01/12)

Conforme dito por Evania,

Apenas uma pequena parcela, efetivamente, não possui referência de domicílio ou família. Muitas das crianças que se encontram na rua, não são, na realidade, abandonadas, elas por razões várias estão nas ruas, dentre uma delas está à necessidade de ajudar os pais na renda familiar. (Nota de campo em 15/01/12)

Também durante as idas a campo foi observado que o que determina suas categorizações como *de rua* ou *na rua* são os que essas crianças e adolescentes fazem

durante o tempo que passam na rua e se retornam ou não para suas casas. Como relata, Valeria,

Quando observamos as trajetórias desses meninos e meninas desde o primeiro momento em que a encontramos, ou seja desde a sua saída de casa até o presente momento, é possível constatar o caráter progressivo do distanciamento da sua família, da sua comunidade seja em termos territoriais, seja em termos afetivos.

Assim, com base em muitas das histórias narradas durante o trabalho de campo, percebemos que a dimensão deste fenômeno social está co-relacionada com a sociedade, sendo, simultaneamente, uma causa e uma consequência da mesma. Pinto (2000, p.25) entende que este “não é um fenômeno isolado e deve ser reconhecido antes como algo de mais complexo que é gerado e bastante modificado pelas ações e pelas indiferenças de toda a sociedade”. Assim, observar o cotidiano das crianças e dos adolescentes no espaço da rua nos permitiu abranger não apenas a rotina deles no espaço, mas a forma como eles se relacionavam uns com os outros e com os educadores sociais, que como afirma Marchi (2007) são “crianças em circulação” – se relacionam com os outros contextos significativos de suas vidas, a rua e a família. Até porque, e segundo Gahagan, (1976), o comportamento dos indivíduos é influenciado não só por realidades presentes no meio, mas também por aspectos provenientes de um passado.

4.2. Situação de rua: conceitos e significados dos atores sociais da Rede de Atendimento

Assim, ainda com o propósito de conhecer as concepções que os atores sociais envolvidos na rede de Atendimento do município de Campina Grande têm sobre essa questão social, buscamos apreender alguns conceitos e significados engendrados em seus discursos. Como podemos notar na fala da coordenadora do Programa Ruanda, Solânea,

Na sua maioria abaixo da linha da pobreza. Na sua maioria são catadores, tem algumas pessoas que a gente encontra que está em situação mais ou menos, porque são aposentados, que às vezes tem um salário, (...), mas devido a casa não ter aquele atrativo, (...) os meninos acham na rua um atrativo e até porque a própria população desavisada ou não (...) ela acaba fazendo com que a criança permaneça na rua quando ela dá dinheiro. (...) A questão da conjuntura, na maioria das vezes, as familiares

estão desagregadas, não gosto muito dessa palavra desagregadas. Mas assim, elas estão de uma certa forma a margem daquilo que deveria está na sociedade. Então, assim elas são pessoas que catam lixos, são catadores de lixo. São catadores de papelão nas ruas também, são pessoas que fazem bico. É até uma situação em que são mães em que são profissionais do sexo na sua grande maioria e às vezes na sua grande maioria eles não sabem que são os pais deles. Só é a mãe que eles conhecem. Também tem muito situação em que o pai é presidiário, a mãe também presidiária. Então assim. Essa é a realidade, na grande maioria é essa realidade dessas crianças e desses adolescentes, são essas famílias que estão ainda se ajustando financeiramente, estão ainda abaixo da linha da pobreza. (Entrevista realizada na sede do Programa RUANDA em 23/01/2012)

Do mesmo modo, a coordenadora da Casa da Esperança I, compartilha da mesma concepção sobre a história de vida das crianças e adolescentes assistidos pela Casa:

A maioria dos casos, a família está realmente desestruturada, nós encontramos assim, alto índice de prostituição das mães, de alcoolismo dos pais, irmãos alcoólatras, irmãos usuários de drogas, aí a criança é excluída desse contexto, então ela vai para as ruas, e são poucos os casos em que a família tem condições de ficar com a criança, são pouquíssimas, esses casos em que a família apresenta condições, nós fazemos essa reintegração e quando a família por algum motivo, que nós já tivemos caso aqui em que a mãe se recusou a ficar com o filho aí nós encaminhamos para a Curadoria e para Promotoria para que a Justiça realmente determine como essa criança vai ficar, mas assim, a real situação na maioria das vezes é de extrema miséria, é de miserabilidade. (Entrevista realizada na sede do Abrigo Casa da Esperança I em 20/03/2012)

A imagem da criança e do adolescente em situação de rua se assenta na concepção de que estes são filhos de pais pobres, desempregados, presidiários, prostitutas, e que por isso são vítimas e/ou vitimizadores que precisa ser orientados ou controlados. Para alguns teóricos (Rizzini e Rizzini, 1993; Rosenberg, 1996; Ribeiro, 1987) as causas da situação de rua de muitas crianças e adolescentes, estão diretamente relacionadas com as condições do meio: a pobreza, a deterioração das condições econômicas e a falta de emprego. A pobreza, nesse sentido é a dimensão mais evidente do fenômeno criança e adolescente em situação de rua. Na sequência desta ideia, ouvimos

a assistente social Ana Costa Vasconcelos, comentar sobre a população assistida pelo Programa Sentinela²⁵:

A maioria dos nossos casos. Acho que eu poderia dizer a você que 99,9%, é de famílias carentes mesmo, bem carentes mesmo, até a baixo da linha de pobreza mesmo. Agora isso não que dizer que os casos de violência sexual, só aconteçam com elas, nessa classe, logicamente, que não, a gente sabe que acontece em todas as classes sociais. Agora qual a diferença? A diferença na classe média e na classe alta, é que quando ocorre uma situação dessas, leva-se aquela questão do segredo de família e como existem possibilidades financeiras de se pagar psicólogos, terapia ou tirar aquela adolescente daqui e leva para outra cidade, para outro local, viajar, então. Aliás, existe toda uma facilidade para que aquela adolescente saia daquela situação que está. Então não é, que não ocorre, a gente sabe que ocorre. Agora nos casos de exploração a gente sabe que tem alguém, que dizer um adulto uma pessoa que está explorando essas meninas. Mas ocorre em todas as classes sociais. (Entrevista realizada na sede do Programa SENTINELA em 09/03/2012)

Desta forma, foi crescendo a visão no qual o retrato da realidade social, em que a desorganização familiar da classe menos favorecida, basicamente caracterizada pela ausência da figura paterna, miséria, abandono, desemprego, número excessivos de filhos e a ausência de educação familiar e institucional adequada. Determinando, assim essa situação em que se encontra essa população infanto-juvenil. Como enfatiza a assistente social do programa PETI²⁶, Maria da Graças Cabral,

²⁵ O Programa Sentinela, desenvolvido por uma parceria entre o Governo Federal e a prefeitura de Campina Grande, vem atuando desde 2001 no acompanhamento de casos que envolvem crianças e adolescentes (de 0 a 18 anos), vítimas de abuso e exploração sexual, oferecendo apoio e assistência para as vítimas e suas famílias, atuando em conjunto com instituições que lutam em defesa dos direitos da criança e do adolescente. O programa atua em dois eixos previstos na Política de Garantia e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Lei nº 8.069, de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente: prevenção e atendimento. O Programa Sentinela foi elaborado para desempenhar o papel de atender as determinações da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Orgânica de Assistência Social e do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil, atuando. É um programa do Governo Federal, no entanto toda a sua política é executada pelo município de Campina Grande. O Programa Sentinela se encontra dentro da rede de apoio, porque é exatamente o atendimento as vítimas em que são violados nos seus direitos, que são agredidos nos seus direitos.

²⁶ O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é um programa do Governo Federal que visa erradicar todas as formas de trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos e garantir que frequentem a escola e atividades sócio - educativas. O público-alvo são as famílias com crianças e adolescentes de 07 a 14 anos envolvidos em situação de trabalho infantil. Em Campina Grande o programa foi implantado no ano de 2000, com atendimento a 1 532 crianças e adolescentes, atualmente, atende 2 532 crianças e adolescentes do município e demais distritos. O Programa PETI compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com duas ações articuladas – o Serviço Sócio - educativo ofertado para as crianças e adolescentes afastadas do trabalho precoce e a Transferência de Renda para suas famílias. Além de prever ações sócio-assistenciais com foco na família, potencializando sua função protetiva e os vínculos familiares e comunitários. Tem como principais referências o núcleo familiar, a escola e a comunidade.

As crianças e adolescentes de Campina Grande que vive em situação perigosa, penosa e degradante, ou seja, aquelas que vivem em situação de trabalho, trabalho este que coloca a vida da criança e do adolescente em risco, porque tira o direito dela de ser criança, dela desenvolver os seus talentos, desenvolver também o seu físico e compromete a vida da criança, porque a fase da criança é uma fase que ela precisa brincar correr, e desenvolver, se ela está no trabalho, ela vai perder essa fase que não se recupera mais. (Entrevista realizada na sede do Programa PETI em 21/03/2012)

Para se perceber o caráter da construção histórica da tipologia dessas crianças e adolescentes com relação ao contexto das condições sociais, econômicas e culturais de suas famílias, observamos na fala da coordenadora do Programa Agente Jovem²⁷, Edneide Nóbrega do Rego afirma:

De baixa renda, tem que ter a renda per capita de meio salário à família, mas tem gente que não tem nenhuma renda de fato, está entendendo? E aí nós fomos assim, muito cautelosos, a comissão fez a seleção, a prévia, né? Com as fichas, (...) a equipe foi de casa em casa para averiguar de fato as condições de vida, e (...) Então a gente teve esse cuidado, os adolescentes contemplados, os 350 adolescentes contemplados pelo o programa são realmente adolescentes em situação de risco social e pessoal, estão realmente em situação de vulnerabilidade social, inclusive abaixo muitas vezes da linha de pobreza. (Entrevista realizada na sede do Programa Agente Jovem em 12/03/2012).

Ainda com relação ao contexto das condições sociais, econômicas e culturais das famílias dessas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, observamos, que o conselheiro Everton Luiz do CTL, afirma ser a população de baixa renda atendida no Conselho Tutelar Leste,

E essa classe que normalmente nos procura e que nós estamos inseridos na comunidade, normalmente são as pessoas de baixa renda. São as pessoas carentes, os problemas giram nessas classes, é até um caso triste da gente colocar, né? (...) Quem nos procuram à população carente, a população de baixa renda. É que normalmente, classe média e classe média alta, né? E a classe alta elas, procurar preservar eu acredito que sejam a imagem, né? O nome da família, por isso resolve as suas

²⁷ O Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano foi implantado no ano de 2002. É um programa do Governo Federal com parceria com a Prefeitura Municipal de Campina Grande e coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), através da Gerência a Criança e do Adolescente. O Programa tem como concepção a capacitação de jovens de 15 a 17 anos para o mundo do trabalho e para atuar em suas comunidades nas áreas de saúde, cultura, meio ambiente, cidadania, esporte e turismo. O Programa tem a duração de 12 (doze) meses, e durante este período os jovens são motivados a identificar, conquistar e assegurar direitos e responsabilidades junto à família e a sociedade no processo de construção da cidadania.

questões dentro do próprio seio familiar, né? Não chegando até o nosso conhecimento problemas referente a isso. Mas é sempre a população de baixa renda que nos procura mais. e os problemas sempre estão com eles, com essas comunidades, com essas pessoas mais carentes. (Entrevista realizada na sede do C.T.L. em 23/03/2012).

Nestas narrativas, destacamos a relevância que esses atores sociais dão as dimensões econômicas e sociais para apresentar as reais condições de vida dessa população infantil e juvenil que se encontra em situações de vulnerabilidade e de violação de direitos. Nesse sentido, a ideia da vulnerabilidade social tem sido eficaz para chamar a atenção sobre as condições estruturais que colocam as pessoas em risco, para além do seu comportamento individual: desta forma, nega-se uma “tradição ‘psicologizante’, essencialista, individualista, culpabilizadora e a-histórica, que renega qualquer reflexão sobre os contextos culturais, sociais e políticos ‘onde’ e ‘como’ as pessoas sofrem e adoecem” (BELLENZANI e MALFITANO *APUD* RIZZINI, 2010, p. 30).

No seguimento desse discurso sobre o fator econômica e social que afetam e determina à condição de vida dessas crianças e adolescentes, Amélia Maria Pereira Neves - Conselheira Tutelar do CTN, argumenta que,

Mais é claro, que é a classe baixa e média, porque é na classe baixa e na classe média é que estão os problemas, né? As divergências pela questão de falta de condições, né isso? É saúde, educação, alimentação, né isso? Então é nas classes baixas que existe esses problemas, já que na classe alta e classe média existem problemas, mas dificilmente chega até a gente. (...) É, a maioria dos nossos casos é da classe pobre, oxente! A baixo da linha de pobreza, na maioria das vezes sem nenhum salário, porque as pessoas da classe baixa está vivendo, eu acho que uns 60% da classe pobre esta vivendo de que? De uma bolsa família, né isso? Está vivendo disso. (Entrevista realizada na sede do CT Norte, em 30/03/2012)

A coordenadora do Programa Ruanda, Solania Maria das Chargas, também ressalta a pobreza e a desestruturação familiar como os fatores mais relevantes que determinam a situação de criança e adolescentes em situação de rua,

Na sua maioria abaixo da linha da pobreza. Na sua maioria são catadores, tem algumas pessoas que a gente encontra que está em situação mais ou menos, porque são aposentados, que às vezes tem um salário, (...), mas devido a casa não ter aquele atrativo, (...) os meninos acham na rua um atrativo e até porque a própria população desavisada ou não (...) ela acaba fazendo com que a criança permaneça na rua quando ela dá dinheiro. (...) A questão da conjuntura, na maioria das vezes, as familiares

estão desagregadas, não gosto muito dessa palavra desagregadas. Mas assim, elas estão de uma certa forma a margem daquilo que deveria está na sociedade. Então, assim elas são pessoas que catam lixo, são catadores de lixo. São catadores de papelão nas ruas também, são pessoas que fazem bico. É até uma situação em que são mães em que são profissionais do sexo na sua grande maioria e às vezes na sua grande maioria eles não sabem que são os pais deles. Só é a mãe que eles conhecem. Também tem muito situação em que o pai é presidiário, a mãe também presidiária. Então assim. Essa é a realidade, na grande maioria é essa realidade dessas crianças e desses adolescentes, são essas famílias que estão ainda se ajustando financeiramente, estão ainda abaixo da linha da pobreza. (Entrevista realizada na sede do Programa RUANDA em 23/01/2012).

Estamos perante um modelo de pensamento que cria a imagem dessa população infanto-juvenil em situação rua como resultado de um processo de exclusão social de algumas das esferas sociais da existência humana: família, escola, trabalho, grupo de amigos e sociedade em geral. Nestas situações a então-coordenadora do Programa Agente Jovem, Edneide Nóbrega do Rego afirma:

De baixa renda, tem que ter a renda per capita de meio salário à família, mas tem gente que não tem nenhuma renda de fato, está entendendo? E aí nós fomos assim, muito cautelosos, a comissão fez a seleção, a prévia, né? Com as fichas, (...) a equipe foi de casa em casa para averiguar de fato as condições de vida, e (...) Então a gente teve esse cuidado, os adolescentes contemplados, os 350 adolescentes contemplados pelo o programa são realmente adolescentes em situação de risco social e pessoal, estão realmente em situação de vulnerabilidade social, inclusive abaixo muitas vezes da linha de pobreza. (Entrevista realizada na sala Programa Agente Jovem em 15/03/2012)

Assim sendo, e ao fazer-se uma retrospectiva histórica da imagem da criança e dos adolescentes em situação de rua a partir do olhar dos atores sociais da Política de atendimento, percebemos que, ao longo dos tempos, algumas características perduraram motivadas, sobretudo por uma visão romantizada e/ou pela negatividade e rejeição dessa população infanto-juvenil.

Observa-se que há um consenso na concepção sobre quem são essas crianças, de onde vem e o porquê estão nas ruas. Neste caso, a pobreza e a exclusão social são os principais fatores que comprometem a situação de vida dessa população infanto-juvenil. São visões unilaterais que produzem um discurso uniformizante de concepções que procuram explicar a situação de rua de muitas crianças e adolescentes a partir da pobreza. Mas, conforme Rizzine (2010), nem todas as crianças e adolescentes que

vivem em condições adversas, sendo a pobreza a mais frequente, experimentam uma vivência nas ruas. Apesar de a autora acreditar que tais situações possam contribuir para fragilizar o vínculo familiar.

5. Características das instituições de atendimento: Casa da Esperança I e Casa da Esperança II

As entidades governamentais como as casas de passagens e/ou abrigos, têm como objetivo acolher população infanto-juvenil em situação de rua ou quando ameaçadas ou violadas no seu direito. No município de Campina Grande encontramos duas entidades governamentais: Casa da Esperança I – com atendimento a criança e adolescente do sexo masculino e a Casa da Esperança II – com atendimento a criança e adolescente do sexo feminino. Estas casas oferecem serviços básicos de apoio, como alimentação, local para repouso e higiene corpórea, além de atividades recreativas e informativas. Os profissionais atuantes nestas casas procuram estabelecer contato com familiares, quando possível, a fim de viabilizar o retorno destas crianças ao lar.

As casas da Esperança I e II funcionam como abrigos provisórios para estas crianças e adolescentes. Em resumo, a instituição desenvolve seus trabalhos propondo atividades de re-inserção social e de resgate da cidadania. Mas sempre buscando a reintegração familiar. Estas entidades compõem a Rede de Atendimento do município, por este motivo no primeiro se pensava em compreender o funcionamento e os tipos de atendimento que cada uma das instituições realizava, analisando a rotina dessas instituições (o público-alvo, o funcionamento, as premissas e metodologias, atividades, papéis, algumas características das entidades, etc.), mas devido à necessidade de tempo para a realização dessa observação e estudo etnográfico, busquei conhecer o espaço da das Casas, no caso da Casa da Esperança I, tive a oportunidade de conversar com alguns dos meninos que lá estavam acolhidos, já na Casa da Esperança II, não encontrei nenhuma das meninas, pois conforme a Coordenadora, era o período de recesso e muitas estavam com suas famílias e outras com madrinhas da instituição. Assim realizei entrevistas com o/a coordenador/a da Casa da Esperança I e II.

Um dos objetivos da busca de conhecer a Casa da Esperança I e II foi devido as mesma estarem sempre presentes nos discursos dos educadores sociais, Além do que estas compõem a Rede de Atendimento do Município e desenvolve atividades

diretamente com crianças em situação de rua. É importante ressaltar que não só com a população infanto-juvenil em situação de rua, mas com a infância em situação de vulnerabilidade social, conforme podemos notar nas falas do/a coordenador/a abaixo.

5.1. Casa da Esperança I

Foto16: Entrevista com o coordenador (Herculano) na sede da Casa da Esperança I.



Fonte: Francyanne Lira – Trabalho de Campo em 24/01/2012.

Foto17/18: Entrevista com o coordenador (Herculano) na sede da Casa da Esperança I.



Fonte: Francyanne Lira – Trabalho de Campo em 24/01/2012.

No trabalho de campo há momentos multifacetados a qualquer momento se muda, depende do que se fala, do que se escutar e se interpretar. Ao sair do campo,

depois de ouvir, olhar, sentir, imaginar sobre os encontros e desencontros com os vários atores sociais com fiz contato comecei a refletir de como o trabalho de campo é vivo, as vivências, as experiências não são apenas expressas nas falas ou nas ausências dessas, pude observa esse fato quando comecei a cruzar as falas com as imagens e as lembranças que surgia na minha mente daqueles momentos.

Foto19: Casa da Esperança I – sala de leitura.



Fonte: Francyanne Lira – Trabalho de Campo em 24/01/2012.

A Casa da Esperança I foi fundada em 2000, com a finalidade de prestar atendimento à criança e adolescentes do sexo masculino nas faixas etárias de 07 aos 14 anos, desprotegidos, órfãos, vítimas de maus tratos ou que se utilizam da rua como espaço de subsistência. Com atendimento todos os dias da semana, em regime permanente de 24 horas. Assim,

É uma unidade de atendimentos Integral, executada pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, com recursos próprios, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, cujo objetivo primordial é atendimento em horário integral a crianças e adolescentes de rua e nas ruas da cidade de Campina Grande, possibilitando-lhes o rompimento com as práticas até vivenciadas e favorecendo-lhes através de intensa parceria com a comunidade, meios para a construção/reconstrução de uma forma de pensamento que lhes permita uma vida em família e sociedade, a través do direcionamento correto de suas próprias potencialidades. (Estatuto da Casa, p. 11).

Ou ainda, conforme podemos observar na fala do Coordenador da Casa, Herculano:

Casa da Esperança I é uma casa abrigo que tem como meta de atendimento 30 (tinta) crianças e adolescentes em situação de rua, em situação de risco social e atende a meninos. O nosso público alvo é meninos de 07 a 14 anos, que estão desvinculados de suas famílias, que estão em situação de mendicância nas ruas, situação de pequenos furtos e são encaminhados pelos Conselhos tutelares, pelo Juizado, como também pela Curadoria da Infância e da Juventude, então são acolhidos aqui na Casa e nós passamos a fazer trabalhos com eles. (Entrevista na sede da Casa da Esperança I realizada em 24/01/12).

Observa-se no discurso acima, que muitos são os fatores que permeiam a experiência da criança e adolescente quando estes são encaminhados para um abrigo. Para o coordenador da Casa da Esperança I, a presença destes no abrigo, *é uma medida de proteção contra os desvios causados pelas condições sociais, econômicas e morais das famílias pobres ou como medida corretiva de desvios, ao longo da história social da criança, do adolescente e da família, contextualiza a realidade da vida da maioria dessa criança e adolescentes*. Na instituição Casa da Esperança I, por exemplo, as crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 14 anos, que são atendidos na Casa, , são na sua grande maioria “filhos de famílias pobres”, “desempregadas” e “desequilibrada”.

Outra constatação sobre o público-alvo da Casa é a questão da transitoriedade, o abrigo também é uma “casa de passagem”, que recebe criança e adolescente de outros Estados, com problemas familiares, dentre outros fatores como podemos notar na fala do coordenador, Herculano:

A nossa meta de atendimento é de 30 crianças e adolescente, nós estamos atualmente com 10 crianças. Porque nós temos uma interação, nós temos um público rotativo, a gente pode dizer assim, porque podemos estar com 15 crianças, podemos estar com 20, como também podemos estar com 08 ou 05 crianças. Porque a demanda é flexível, então a crianças que o Conselho Tutelar vem trazer, porque é encontrada, e às vezes é de outra cidade, que fugiu foi para outra cidade, então a criança vem para cá, ela passa, pode passar até dois dias, três, então ela vai. E é feito esse acompanhamento, mas há aquelas crianças que voltou, porque a família não apresenta condições de ficar com elas. Aí, no mês você pode chagar aqui, e encontra a Casa lotada e no dia seguinte você pode chegar aqui e encontra a Casa na lotação digamos de 20, está lotada com 20, você chega aqui e você encontra 10, porque 10 já foram encaminhadas, então é uma demanda flexível, bastante flexível à gente diz que nós trabalhamos com o rodízio mesmo, né? Porque nós recebemos muitas crianças e de fora, a Curadoria nós

encaminha casos, assim, nós já recebemos criança de Lagoa de Roça, Lagoa Seca, de Cabedelo, de João Pessoa, de Maceió, principalmente em épocas de festas. Por exemplo, no período Junino ocorre uma migração das crianças e dos adolescentes dos outros Municípios e Estados para a festa, então essas crianças pernoitam e são encaminhadas para os seus municípios de origem. (Entrevista na sede da Casa da Esperança I realizada em 24/01/12).

Quando da pergunta sobre a situação dos adolescentes de 15 a 17 anos e 11 meses, que se encontra em vulnerabilidade social. Explica o coordenador, Herculano:

É, eles não mais podem ficar na Casa, o nosso limite de idade é 14 anos, se a criança já apresenta mais de 14 anos, então ela não tem mais o perfil para Casa, aí nós buscamos outras alternativas, assim de ela volta para a família ou ela pode até pernoitar, porque nós já tivemos casos em que o adolescente vem a precisa do pernoite por uma questão de segurança, então ele pernoita, mas no dia seguinte nós damos conhecimento ao Conselho Tutelar e vamos juntos com o Conselho Tutelar levar essa criança para a casa da família para que essa possa realmente ficar em casa. (Entrevista na sede da Casa da Esperança I realizada em 24/01/12).

A partir do questionamento sobre as políticas públicas de atendimento a adolescente em situação de rua na faixa etária entre 15 a 18 anos incompletos, ou seja, a questão que se coloca é sobre qual a entidade ou quais os programas da rede de atendimento acolhe a esse grupo nessa faixa etária. Nesse sentido, declara o coordenador da Casa da Esperança I:

Ele vai ser encaminhado para o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, que a gente só chama programa Agente Jovem, então há uma seleção desse programa todo final de ano, então a prioridade do Agente Jovem é exatamente as crianças que são incluídas nos programas municipais, então as crianças do PETI passam por essa seleção, nós fazemos um encaminhamento das crianças da Casa da Esperança I, porque para que haja uma continuidade de assistência a essa criança, mas assim assistência em termos de cidadania para que a criança possa chegar aos 17 anos já realmente cidadã, porque o Agente Jovem trabalha mais com a cidadania. (Entrevista na sede da Casa da Esperança I realizada em 24/01/12).

É importante que se diga, porém, que o Programa Agente Jovem, é um programa seletivo, ou seja, para ser contemplado com uma vaga, é necessário participar de uma seleção para uma demanda de jovens com idade entre 15 e 17 anos. Isso significa levar em consideração que o programa Agente Jovem possui um limite no número de adolescentes a ser atendidos.

A observação desse aspecto durante as visitas na Casa da Esperança I demonstra a não atenção a essa parcela da população no que diz respeito à existência de um abrigo ou de uma Casa de Passagem para os adolescentes entre 15 a 18 anos incompletos com problemas familiares, de outros municípios e ou Estados. Onde eles ficam? Quais os encaminhamentos para os adolescentes nessa faixa etária vítimas da ameaça ou violação de seus direitos. Até mesmo os adolescentes que estão abrigados e sendo acompanhados na Casa da Esperança I, quando estes completam 15 anos dependendo do caso e do problema quais os encaminhamentos dentro da política de atendimento para esses adolescentes?

A propósito, outro fator fundamental a ser mencionado, quando se discute a medida de proteção a crianças e adolescentes em situação de risco, refere-se à concepção que permeia o ECA de que a criança e o adolescente são pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. O Estatuto reconhece como criança todo indivíduo menor de 12 anos de idade e o adolescente é considerado aquele que se encontra entre os 12 e os 18 anos. Assim sendo, na concepção de estender às crianças e aos adolescentes o conceito da educação para o exercício da cidadania²⁸. O ECA busca substituir o assistencialismo estatal por propostas de trabalhos sócio-educativos que possam ter um caráter emancipador, tendo em vista sua condição específica de desenvolvimento.²⁹ Desse modo, como pessoas em desenvolvimento encontram-se num estágio propício ao investimento educativo que lhes garanta o direito a inclusão na sociedade, direito este que se estende a todas as crianças e adolescentes.

Assim, é importante notar que o abrigo é uma das medidas de proteção indicadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Art. 101, inciso VII, § único), às crianças e adolescentes violados ou ameaçados em seus direitos básicos, seja pela ação ou omissão do Estado, seja pela falta ou pela omissão, pelo abuso dos pais/responsáveis, ou seja, em razão da própria conduta, que necessitam de proteção e apoio, tendo direito a uma família, a um espaço próprio onde morar e participar na vida da comunidade.

²⁸ Art.53.

²⁹ Artigos 98-102.

5.2. Casa da Esperança II

Criada em 2005, a Casa da Esperança II é uma instituição de regime aberto que serve para acolher crianças e adolescentes do sexo feminino de 07 a 17 anos e 11 meses de idade que se encontrem em situação de risco pessoal e social, por tempo determinado, até serem tomadas as medidas políticas e legais cabíveis no que se refere ao retorno da criança ou adolescentes a sua família de origem, e, quando isso não é possível após todas as tentativas dos órgãos competentes, a criança ou a adolescente pode ser encaminhado para uma família substituta.

É uma Unidade de Atendimento Integral, prestado pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, com recursos próprios, por intermédio da Secretária Municipal de Assistência Social, onde disponibiliza um pronto atendimento às crianças e adolescentes acolhidas, priorizando a satisfação das suas necessidades básicas mais urgentes, como a alimentação e a higiene pessoal, para a partir de então observar as potencialidades de cada uma delas e abrir-lhe um leque de possibilidades que possam mudar suas histórias de vidas. (Estatuto da Casa da Esperança II)

Foto 20: Entrevista com a coordenadora (Neves) na sede da Casa da Esperança II.



Fonte: Lúcio – Trabalho de Campo em 26/01/2012.

Foto21/22: Casa da Esperança II - sala e cozinha



Fonte: Lúcio – Trabalho de Campo em 26/01/2012.

Foto 23: Casa da Esperança II - Mediação de Leitura.



Fonte: Acervo pessoal da autora, Trabalho de Campo em 26/01/2012.

Como relata o coordenador da Casa da Esperança II, no momento do seu depoimento sobre o processo histórico da criação da Casa,

A Casa da Esperança II, é uma instituição, né? que foi criada há 1 ano e 04 meses, né?, Com o intuito de receber uma menina que nós acolhemos até esse momento. Chamada M. (...) o objetivo geral da Casa é atender criança e adolescentes do sexo feminino de 07 a 18 anos incompletos acolhidas na unidade no horário integral, né? Que se encontra em situação de risco social

e pessoal. São vítimas da violência de rua, da violência doméstica, violência sexual, negligência etc., né? A gente oferece atendimento sócio-educativo através de encaminhamentos da rede de serviços públicos. (entrevista na sede da Casa da Esperança II realizada em 26/01/12)

Na perspectiva do ECA, o abrigo deve ser um lugar que ofereça proteção. Apresenta-se como uma alternativa provisória de moradia, que deve manter um clima residencial e um atendimento personalizado das crianças e adolescentes que acolherem. Para tanto, esse atendimento deve ocorrer em pequenas unidades, para pequenos grupos, possibilitando a participação na vida da comunidade para utilização de seus recursos, como escolas, áreas de lazer, centros médicos, quadras esportivas etc.

A fala da coordenadora revela as ações e o tipo de atendimento realizado pela Casa,

A faixa etária de 07 a 18 anos incompletos, de criança e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. E assim, o objetivo nosso é sensibilizar o público, né? Através das ações que agente desenvolve, considerando os direitos dessas crianças e adolescentes, então assim ela é uma Casa de regime semi-aberto, que também é de passagem enquanto a gente encontra a família daquela adolescente daquela criança, a gente dá toda assistência dentro da Casa e procuramos encontrar pai e mãe, e se a gente não encontra ninguém da família, aí a gente encaminha para o Ministério Público, para os Conselhos que trabalha conosco e a Curadoria da Infância. (entrevista na sede da Casa da Esperança II realizada em 26/01/12)

Complementa ainda a coordenadora da Casa, Maria das Neves:

A primeira coisa que a gente faz é colocá-las nas escolas, quando elas estão já estudando a gente vai lá e pega a declaração e matricula em outra escola de preferência próxima da Casa onde a gente possa dar assistência a ela. A gente a coloca em oficinas de arte, cultural, científicas e pedagógicas, né? E todo o encaminhamento para o Centro de atendimento especializado conforme as necessidades apresentadas por cada uma das meninas, a partir de atendimento individual e coletivo a gente faz o encaminhamento. A gente também faz atendimento com elas aqui dentro, elas fazem curso nos Centros culturais, Casa das Jovens, em todo o setor público que possuem estrutura para dar apoio às necessidades, ou seja, para médicos, CAPS e todo o processo que seja para ajudá-las e estimula alta-estima. (entrevista na sede da Casa da Esperança II realizada em 26/01/12)

Nesse sentido, o abrigo e/ou casa passagem se caracteriza por prestar atendimento imediato a crianças ou adolescentes em situação de risco, abandono ou maus tratos, enquanto órgãos competentes que buscam soluções “definitivas” para cada

situação. Assim sendo, no período de permanência no abrigo devem ser desenvolvidas atividades que preencham lacunas afetivas, psicológicas e motoras das crianças e adolescentes, oferecendo-lhes um ambiente sadio, confortável, seguro e principalmente onde, mesmo na indefinição temporária, elas possam se sentir amparadas.

No cotidiano do abrigo, chegam crianças e adolescentes encontradas nas ruas da cidade, vítimas de abuso e exploração sexual, vítimas de ameaça ou violação de seus direitos, advinda de outros municípios e de outros Estados. Ou seja, são crianças abandonadas, desassistidas, as crianças e adolescentes agredidas de forma física, psicológica e/ou sexualmente, às que estão sujeitas a todo tipo de exploração no mercado informal de trabalho, as excluídas do ambiente escolar, as expostas ao uso de álcool e drogas.

Conforme me conta a coordenadora da Casa da Esperança II:

“Como nós recebemos várias meninas, cada menina tem um problema diferente, como eu disse a você a gente trabalha com um público especial, no qual a gente recebe meninas com varias histórias. (...). Histórias de pais que estupram, ou meninas que apanham, ou fogem, justamente, tem alguns casos que a própria família, a base familiar é totalmente desestruturada. (...) Assim, quando elas chegam aqui, (...) a gente vai atrás do endereço, atrás da história de vida de cada uma...”. (Entrevista na sede da Casa da Esperança II realizada em 26/01/12)

Neves relata que na Casa se encontram crianças e adolescentes vítimas de vários tipos de violação tais como: de abusos (físico, emocional ou psicológico, sexual), de negligência, maus tratos, de exploração e até mesmo crianças e adolescentes que praticaram atos infracionais. Ou seja, eles trabalham com vários casos, mas todos sendo acompanhados de acordo com a necessidade. Por exemplo, casos com atos infracionais são encaminhados e acompanhados pelo Juiz da infância e da adolescência. Casos de violência doméstica, negligência familiar, dentre outros, são encaminhados pelos Conselhos Tutelares e acompanhados por psicólogos. Assim, todas as crianças e adolescentes que aqui chegam, terão acompanhamento adequado com seu caso. A fala da coordenadora da casa da Esperança II nos revela diversos fatores da realidade dessas meninas, ela ressalta que estas se encontram em situação de vulnerabilidade e desprotegidas com seus direitos violados.

Estes olhares sobre a população infanto-juvenil em situação de rua e as causas que promovem essa situação parecem ser aceitas, pelo menos em tese, pela maioria dos atores sociais que fazem a Política de Atendimento no Município de Campina Grande/PB. São perfis, características, causas, ou seja, uma construção social de um

discurso que parece ser gerado coletivamente no contexto das interações sociais cotidianas entre “crianças e adolescentes”, “rua”, “pobreza”, “família desestruturada”, “violência doméstica”, “drogas”, “promiscuidade”, “abusos sexuais”, “promiscuidade”, “atos infracionais” e os protagonistas da rede de atendimento. E essas interações têm por função a orientação de condutas e práticas no atendimento a essa população infanto-juvenil.

Como nos lembrar Rizzini (2010), esses olhares sobre as causas que determinam estas crianças e adolescentes como um problema social continua presente. Ainda hoje predominam respostas inadequadas e ações repressoras por parte do poder público, representadas pelas operações de “controle urbano” e de “recolhimento” de crianças e adolescentes das ruas. Tais ações violam seus direitos humanos, previstos em diversos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) ³⁰

5.3. A rua como espaço negativo no olhar dos Educadores Sociais

Na maioria das falas dos educadores sociais destaca-se uma visão negativa da rua,

O Programa Ruanda articula um conjunto de ações que visa retirar crianças e adolescentes da rua, diz Solânea, 2012.

É essa a nossa metodologia a “buscativa”, chegar, se aproximar e ganhar espaço entre eles para através do diálogo tirá-los da rua. Relata Lucio, Educador social 2012.

Além desses meninos e meninas estarem sujeitos a intempéries do tempo, chuva, frio, calor, dormem nas calçadas apenas com papelão, ainda sofrem todo tipo de maldade humana que você imaginar. E por isso que o objetivo de RUANDA é tirá-los dessa situação de rua. A rua não é um ambiente para eles. (Notas de campo, 17/01/12- Lourdinha, educadora social)

Sempre que escuto um programa nas rádios que debate sobre o problema dos meninos de rua em Campina Grande, de rua porque é assim que eles são conhecidos, é assim que são chamados pela mídia, pela sociedade e por muitos que fazem a política de atendimento. Mas se quer falar bonito, ou falar o termo da moda, vamos dizer crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade física e social. Esses meninos e essas

³⁰ ECA - Art. 15: “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas leis.” Art. 17. “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”.

meninas que vivem nas ruas por necessidade mesmo, que inúmeras dentre elas tem a questão de suprir suas necessidades mais básicas – o alimento. E eles buscam aonde na rua. O que é mais interessante é ouvir alguém dizer, mas eu sempre trabalhei desde criança e hoje estou aqui sou o homem ou mulher de vergonha. Porque que agora esses meninos não podem trabalhar? São espaços e tempos, contextos, realidades totalmente diferentes, é mesma coisa de uma pessoa que comparar uma criança que “trabalha” como ator ou atriz, ou como apresentadora no programa infantil, claro não deixa de ser um trabalho, mas compare as condições de trabalho e principalmente o que e quem está envolta dessas crianças e adolescentes. Então como pensar que o trabalho infantil, que a rua é bom para uma criança e para um adolescente. (Notas de campo, 17/01/12- Evania, Educadora Social)

Esse olhar dos educadores sociais da rua como algo perigoso, ruim e danoso às crianças e aos adolescentes predomina amplamente o imaginário dos educadores sociais. Mas quando perguntei se esse era o mesmo pensamento desses meninos e meninas houve um silêncio, troca de olhares entre os educadores e alguns balançaram a cabeça, não como forma de respostas a minha pergunta, mas como forma de indignação. Foi o que senti depois de que Emilia (Educadora social, 2012) me perguntou “*Então, você acha que a rua é boa para esses meninos?*”. Apressei-me em responder, *Não! Não foi isso que eu quis dizer. Gostaria apenas de saber se vocês já ouviram algum relato a respeito do que eles (as crianças) acham da rua?*

Naquele momento, senti um pouco de tensão entre a gente, principalmente, entre Emilia e eu. Na verdade, eu não tinha percebido que com aquela pergunta eu colocava em dúvida o trabalho deles, ora se a rua era boa para os meninos, então o que eles estavam fazendo, ali? Pois em todos os momentos, em todas as falas, em todos os diálogos induzidos ou não. A preocupação dos educadores era demonstrar a importância do trabalho do Programa Ruanda na cidade.

Bom, nesse dia (18/01/12) estávamos na Avenida Canal, um dos pontos com mais presença dessas crianças e adolescentes, fazendo malabarismo, vendendo flanelas, antenas de televisão, ou simplesmente pedindo dinheiro aos motoristas quando os carros paravam no sinal. E como já eram quase 19h00, ou seja, término do horário do trabalho, fomos embora e eu sem respostas a minha pergunta.

Entretanto, em outros momentos de conversas descontraídas, e em outras falas de alguns educadores deixaram transparecer que os meninos e meninas vêem a rua como liberdade e sobrevivência. Janeuza (vice-coordenadora) narra que,

Logo quando comecei a trabalhar como educadora social nas ruas. Eu me aproximava e perguntava as crianças e aos adolescentes, o porquê está vindo para a rua? O que ela estava fazendo na rua? E muitas das respostas, principalmente, vindo das meninas eram porque as vitrines das lojas são bonitas, as bonecas são bonitas, os sapatos, as roupas. Mas, hoje, não mais existe esse relato. Agora o que ouvimos é, venho para a rua pedir, não tenho comida em casa. É verdade que eles têm liberdade, não tem horário para dormir, nem para se acordar, para comer, não vão para a escola, não precisam tomar banho, brincam o tempo todo e quando está com fome e só pedir, e sempre têm algum transeunte que vai lhe dar sanduíche, balas, sorvetes, refrigerantes. Assim, para a criança é muito bom, porque na sua grande maioria eles não têm isso em casa e às vezes nem básico. Mas, não deixa de ser uma forma de violência simbólica, uma forma de sobrevivência. Até que ponto, essa liberdade é, realmente boa para eles? (21/03/13)

Esse contexto social permite esse sentimento de liberdade associado à vida nas ruas, contexto também confirmado por vários estudos sobre crianças e adolescentes em situação de rua. Como afirmam Rizzini e Butler (2003),

a imagem de liberdade está associada ao espaço da rua e da cidade. O grande atrativo é a oportunidade de estar na companhia dos amigos e colegas, divertindo-se, namorando, ‘aprontando’, indo a festas, usando drogas – tudo isso com menos controle e supervisão, especialmente nos centros urbanos, que são ambientes mais livres e amplos (p. 30).

Nesse sentido, de acordo com as autoras, esse imaginário social que essas crianças e adolescente têm da rua representa o contrário do imaginário que eles têm de suas casas, de suas comunidades e até mesmo de suas famílias. Se tudo estivesse bem na família, em casa e em sua comunidade, eles não saíram para buscar nas ruas o que não encontram em suas casas.

Segundo Rizzini (2000), as principais causas que levam ao afastamento da família são situações classificadas como violações de direitos da criança, mencionadas no Estatuto da Criança e do Adolescente. É o caso da violência intrafamiliar, como abuso físico, negligência, abuso sexual, exploração pelo trabalho infantil, entre outros. Superados esses problemas, com frequência, a situação de pobreza que se mantém acaba sendo um obstáculo à permanência da criança junto aos seus familiares.

Além disso, há outros fatores que dificultam a permanência da criança em casa, tais como a inexistência ou ineficácia das políticas públicas, a falta de suporte à família no cuidado junto aos filhos, as dificuldades de gerar renda e de inserção no mercado de

trabalho e a insuficiência de creches e escolas públicas de qualidade, em horário integral, com que os pais possam contar enquanto trabalham.

Segue-se a esta mesma análise de uma visão estigmatizada da rua como um ambiente ruim para as crianças e adolescentes as narrativas da então, coordenadora da Casa da Esperança II ,

Nosso trabalho aqui na casa é proporcionar a essas meninas amparo, proteção, carinho, ou seja, salvar-guardar no sentido mais amplo da palavra, porque são meninas que se encontra em situação de risco social e pessoal. São vítimas da violência de rua, da violência doméstica, violência sexual e da negligência da família. (Maria das Neves, 2012).

A vida nas ruas constitui uma violação aos direitos mais básicos dessas crianças e adolescentes, ela expõe diversas situações em que estes se encontram vulneráveis e desprotegidos. (Notas de campo, 2012, Herculano- Casa da Esperança I,).

Nas ruas elas não têm “limites” e acabam mesmo que precariamente conseguindo sua subsistência seja ela como usuário ou traficante de drogas, na prostituição, como pedintes, ou cometendo pequenos delitos. (Notas de campo, 21/03/12- Janeuza, Educadora social do Programa Ruanda).

É possível perceber nos discursos acima que o foco das ações desenvolvidas por estas instituições e programas é retirar as crianças e os adolescentes do ambiente da rua que se configura como um espaço de múltiplos riscos. Todavia a rua não pode ser vista unicamente como um espaço danoso e como algo ruim a essas crianças e adolescentes, é importante que se leve em considerações as suas vivências e suas experiências.

Muitos autores têm apresentado a rua como ambígua e contraditória, assim como todas as outras esferas da vida das crianças em situação de rua (Marchi, 2007; Lucchini, 1993; Gregori, 2000). Nesse sentido, a rua é compreendida como um espaço que representa riscos, mas que também traz muitos benefícios. Apenas se concebermos a rua como um espaço ambivalente de violência e prazeres, é que podemos libertar a criança da vitimização e entendê-la como ator social. Como destaca Stoecklin (2000 apud Marchi, 2007), “é observando como cada criança ‘organiza’ com mais ou menos domínio sua relação com o mundo da rua que a gente o pode ver como um ator social e não unicamente como uma vítima ou um delinquente”.

Segundo Adorno e Silva (1999) o espaço da rua é uma referência agradável de sociabilidade e de negação da realidade de sua comunidade que muitas vezes não possui lazer, nem recursos, nem equipamentos e sem qualquer forma de manifestação social ou

de refúgio particular. É no espaço de rua que estes grupos adquirem valores, regras e hábitos de vida que estão associados a sua realidade social.

Assim, essas crianças e adolescentes devem ser reconhecidos como atores sociais, inseridos em uma estrutura social que influencia e é influenciada pelos vários outros atores que compõem a rua. Nesse sentido, o espaço urbano é entendido como um produto social, em contínuo processo de elaboração, através do tempo e a forma como essas crianças e adolescentes se apropriam da rua é determinada pelos próprios códigos culturais, suas próprias regras e, principalmente pelas suas necessidades de sobrevivência na rua. Portanto, a rua também oferece prazeres e sociabilidades, sem deixar de reconhecer as inúmeras adversidades existentes na rua.

6. Considerações Finais

Iniciamos as considerações finais desse estudo com as palavras de um dos adolescentes quando respondeu a minha pergunta- O que você quer ser quando crescer-, *“Eu quero ser professor, eu acho bonito quem ensina, mas para ser professor tenho que saber ler e escrever e eu não sei nem lê e nem escrever”*. (nota de campo, 2012).

Foto 13: Os irmãos me mostrando como faz malabarismo no sinal de trânsito em dois sinais da Av. Canal.



Fonte: Acervo pessoal da autora, registro do Trabalho de Campo - área 03 na Av. Canal em 12/01/2012.

Após estas representações sobre as crianças e os adolescentes em situação de rua quais seriam os caminhos prováveis de convergência na relação à rua, as crianças e os adolescentes e os protagonistas da política social de atendimento? Ao longo do presente estudo é evidente que esses meninos e meninas nem sempre vivem em contato com o perigo. No entanto, são, muitas vezes, vítimas da pobreza e se vêem sujeitados a desenvolver competências interpessoais e sociais de sobrevivência. E alguns entraram em ruptura com a própria família. Entretanto, na sua grande maioria o contacto familiar continua embora com poucos laços afetivos uma vez que estes são afetados,

especialmente, pela “desestruturação das famílias” e também pelas atitudes de “maus-tratos” como a “rejeição”, “a negligência” e a “violência psicológica e física”.

Da observação dos dados ficou claro que, face às adversidades da rua, alguns destes meninos e meninas acabam por se deixar levar pelas “tentações da rua”: envolvem-se em atos delinquentes, abandonam escola e quebram vínculos com a família, experimentam drogas e, em algumas situações, enveredam pelos meandros da prostituição. Assim, nessa forma de vida resumidamente retratada através deste estudo etnográfico e nesse modo de descrever vivências e experiências que combina o gosto pela aventura, uso de “drogas”, contravenções legais e negociação constante do espaço e do tempo, esse grupo social que “vivem na/da ruas” do centro de Campina Grande considera a rua como um refúgio em relação à sua casa, seu bairro, sua comunidade e até as instituições de atendimento, preferindo a rua a qualquer outro espaço.

Assim, se observa que o “problema social” crianças e adolescentes e adolescentes em situação de rua advêm de vários fatores da sua realidade social, cultural política e econômica. Estes dados consolidam de uma forma geral, a literatura e demonstram a existência de amarrações na multiplicidade dos motivos que levam essas crianças e adolescentes a se apropriarem da realidade da rua como espaço de vivência, de passagem, de refúgio, de trabalho, de brincadeiras e de liberdade, de brigas e atos infracionais, e também sobrevivência.

Na trajetória dessa pesquisa fiz contato com vários atores sociais que compõe a rede de atendimento, fiz contatos de dentro e de fora com os educadores sociais do Programa Ruanda no espaço da rua num contexto onde eu me inseria entre os educadores sociais e as crianças e adolescentes em situação de rua. Nessa triangulação entre os educadores sociais e essas crianças e adolescentes o cenário que se configura era a ilustração do discurso dos educadores sociais, pois o tempo e o espaço não me permitiram ouvir as vozes dessas crianças e adolescentes sobre o que eles acham deles mesmos? Como eles se viam nesse emaranhado de discursos sobre eles? Sobre o que era melhor para eles? ou sobre como eles deveriam ser ou ainda se deveriam estar na naquele momento da rua? O meu contato com os educadores sociais e as nossas conversas me fez refletir muito sobre o papel destes na vida desses meninos e meninas.

O estudo mostrou-nos também que as concepções e representações dos protagonistas da rede de atendimento a respeito dessas crianças e adolescentes procura explicar a situação de rua como consequência da pobreza e da violência doméstica, ou seja, a partir da complexa relação família/criança e adolescente/rua, assumida por

muitos autores como uma das maiores causas do fenômeno social crianças e adolescentes em situação de rua.

No entanto, tais afirmações não significam de forma alguma atribuir a culpa da situação das crianças e adolescentes unicamente às suas famílias, pois essa visão seria, de acordo com Soares e colaboradores (2003), uma visão reducionista, sendo necessário compreender o processo de exclusão social a que essas famílias estão submetidas. Além dos fatores familiares que parecem impulsionar a ida das crianças para a rua, torna-se necessário analisar quais as condições e fatores que no contexto da rua impedem que essas crianças retornem às suas famílias, já que em alguns casos, o motivo da saída não parece estar na família, mas sim localiza-se na própria rua.

Percebeu-se, também diante dessa realidade que a atitude e o comportamento dos protagonistas no atendimento a essa população os tomam mais vítimas da situação que se encontram, bem como dependentes da Rede de Atendimento. Acredito que isso é indicativo de certa visão assistencialista e paliativa que caracterizar o discurso dos coordenadores das instituições e dos programas da Rede de Atendimento do município.

Em outras palavras, a percepção de uma criança ou adolescente completamente desprotegido e abandonado, sem nenhuma proximidade com os seus familiares, também neste estudo é evidenciada como falsa. Quase todas as crianças e adolescentes que observamos no espaço da rua estavam acompanhados ou de seus pais, ou de alguém da família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, M. R. B. & VALLADARES, L. P. **Infância e sociedade no Brasil: Uma análise da literatura**. BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, 26, 3-37. 1988.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

APTEKAR, L. **Crianças de rua nos países em desenvolvimento: Uma revisão de suas condições**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 153-184. 1996.

APTEKAR, L. **Street children of Cali**. Durham, NC: Duke University Press. 1988.

BRUNO, L. D. **Políticas públicas**. In: CARVALHO, Alysson et.al. (Org.). *Histórias de vida*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; PROEX, 2003.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília: Senado Federal, 1990.

CARRIZOSA, S. O. de; POERTNER, J. **Latin American street children: Problem, programmes and critique**. *International Social Work*, 35, 405-413. 1992.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p,56-58.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arqueologia geral**. Lisboa: Ed. Presença. 1997.

FAUSTO, A. **O trabalho e a rua, crianças e adolescentes no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1997.

FAUSTO, A.; CERVINI, R. (orgs.) **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez Editora. 1991.

FENELON, G. M.; MARTINS, L.C.; DOMINGUES, M. H. M. S. **Meninas de rua: Uma vida em movimento**. Goiânia: CEGRAF/UFG. 1992.

FERNANDES, N. ***O centro e a margem: Infância, proteção e acolhimento institucional***. Em M. J. Sarmento e V. M. R. Vasconcellos (Orgs.), *Infância (in)visível* (pp.245-276). Araraquara: Junqueira & Marin Editores. 2007.

FERREIRA, M. **A gente aqui o que gosta mais é de brincar com os outros meninos!Relações sociais entre crianças num Jardim de Infância**. Porto: Edições Afrontamento. 2004.

FRAGA FILHO, W. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. Salvador: HUCITE/EDUFBA, 1996.

FOOT-WHITE, **Treinando a Observação Participante**. In Nunes (org.).1978.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro. Ed. LTC, 1992.

GEERTZ, Clifford. **O Saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ; Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. **Estar lá, escrever aqui**. Diálogo. São Paulo. V.22.n.3,p.58-63,1989.

GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia Social de Rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1997.

GREGORI, M. F. **Meninos de rua e instituições: tramas, disputas e desmanche**. São Paulo: Contexto, 2000.

GREGORI, M. F. **Viração: experiência de meninos nas ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOPPE, M. M. W. **Rede de apoio social e afetivo em crianças em situação de risco.** 1998. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento) - Instituto de Psicologia, UFRGS, Porto Alegre.

HUTZ, C. S.; KOLLER, S. H.; BANDEIRA, D. R. **Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco.** Coletâneas da ANPEPP, v.1, n.12, p. 79-86, 1996.

JUARÉZ, E. **Crianças de rua: Um estudo das suas características demográficas.** Em A. Fausto e R. Cervini (Orgs.), *O trabalho e a rua: Crianças e Adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (pp. 69-90). São Paulo: Cortez Editora, 2^a. Edição. 1996.

LUCCHINI, R. **A criança da rua: Realidade complexa e discursos redutores.** Revista Infância e Juventude. 1, 9-44. 2000.

LUDKE, Menga; ANDRÉ Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: E.P.U. 1986. p.30-34.

MACIEL, C., Brito, S., & CAMINO, L. **Caracterização dos meninos em situação de rua de João Pessoa.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 10, 315-334. 1997.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia.* São Paulo (SP): Abril Cultura, 1978.

MARCHI, R. C. **“Crianças Espertas”: um retrato do “vício da rua” em crianças pobres no Centro de Florianópolis.** Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 1994.

MARCHI, R. C. **Os sentidos (paradoxais) da infância nas ciências sociais: um estudo de sociologia da infância crítica sobre a “não-criança” no Brasil.** Tese de Doutorado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2007.

MARCHI, R. C.; SARMENTO, M. J. **Radicalização da infância na segunda modernidade. Para uma Sociologia da Infância Crítica.** Revista Configurações, n. 3. (2007).

MARTINS, R. A. **Crianças e adolescentes em situação de rua: definições, evolução e políticas de atendimento.** Coletâneas da ANPEPP: Aplicações da Psicologia na Melhoria da Qualidade de Vida, 1, 35-44. 1996.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva.** Lisboa: 1950.

MERLEAU-PONTY, M. **Textos selecionados (Os Pensadores).** São Paulo: Abril Cultural. 1984.

MENDONÇA, R. **O Paradoxo da Miséria.** Veja. São Paulo, nº 3, p. 82-93, 23 jan. 2002.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S. (org.). **O Limite da exclusão social: meninos e meninas e rua no Brasil.** São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec-Abrasco. 1993.

NETO, O. C. **O trabalho de campo como descoberta e criação.** *IV*: MINAYO, M. C. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 56-65.

OLIVEIRA, R. C. de. **O Trabalho do Antropólogo.** 2ª ed. São Paulo: Edu NESP, 1998.

PRIORE, M. D. **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Ed.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** [The art of governing children: the history of social policies, legislation and child welfare in Brazil]. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/CESPI/USU/AMAI, 1995.

PINTO, Fábio. **Pequenos Trabalhadores.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro, Relume- Dumará, 1995.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil** [The lost century: the historical roots of public policies for children in Brazil]. Rio de Janeiro: EDUSU/AMAI, 1997a.

RIZZINI, I. **Levantamento bibliográfico da produção científica sobre a infância pobre no Brasil**. Série Estudos e Pesquisas, 3, Rio de Janeiro: CESME/USU. 288. 1989.

RIZZINI, I. **Deserdados da sociedade: Os “meninos de rua” da América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Santa Úrsula/CESPI/USU. 1995.

RIZZINI, I.; BARKER, G.; CASSANIGA, N. **Criança não é risco, é oportunidade: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Ed. USU/Instituto Promundo. 2000.

RIZZINI, I.; BUTLER, U. M. **Crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas: revistando a literatura**. Em I. Rizzini (Coord.), Vida nas ruas: Crianças e adolescentes nas ruas: Trajetórias inevitáveis? (pp. 17-44). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, São Paulo: Loyola. 2003.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **«Menores» institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80**. Em A. Fausto e R. Cervini (Orgs.), O trabalho e a rua: Crianças e Adolescentes no Brasil urbano dos anos 80 (pp. 69-90). São Paulo: Cortez Editora, 2ª. Edição. 1991.

RIZZINI, I. **Assistência à Infância no Brasil: Uma Análise de Sua Construção**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993. p,49-50

RIZZINI, I; BETTEGA, M. O.; SILVA, P. V. B. da. **Criança, adolescente e integração social**. Curitiba: Secretaria Municipal da Criança (Geprocari), 1998c. Mimeog.

RODRIGUES, L. L. (1999). *A fala do infante: um estudo antropológico com a criança periférica*. Tese de Doutorado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, DF.

ROSEMBERG, F. **A concepção de família subjacente a programas para crianças e adolescentes em situação de rua.** Em E. A. Carlini (Org.), *Abuso de drogas entre meninos e meninas de rua do Brasil* (pp. 87-90). UNFDAC-CEBRID, São Paulo: Editora Ave Maria. 1990.

ROSEMBERG, F. **Estimativa sobre crianças e adolescentes em situação de rua: Procedimentos de uma pesquisa.** *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 21-58. 1996.

SANTANA, J. P. (2003). *Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: Objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos.* Dissertação de Mestrado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

SANTANA, J. P.; DONINELLI, T. M.; FROSI, R. V.; KOLLER, S. H. **É fácil tirar a criança da rua, o difícil é tirar a rua da criança.** *Psicologia em Estudo*, v. 10, 2005. p. 165-174.

SANTOS, E. C. (2004). *Um estudo sobre a brincadeira entre crianças em situação de rua.* Dissertação de Mestrado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

SANTOS, M. F. (2000). *Com a palavra o adolescente: Resignificando trajetórias de risco em um espaço institucional. Uma experiência em educação para a saúde.* Dissertação de Mestrado não publicada. Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA.

SILVA, M. R. **Trama doce-amarga. (Exploração do) trabalho infantil e cultura lúdica.** São Paulo: Editora HUCITEC/ Editora Unijuí. 2003.

SILVA, H. R. S.; MILITO, C. **Vozes do meio-fio.** *Rio de Janeiro*: Relume Dumará. 1995.

SOARES, A. B.; MARTINS, A. C.; BUTLER, U. M.; CALDEIRA, P.; & RIZZINI, I. **Trajetórias de vida de crianças e adolescentes nas ruas do Rio de Janeiro.** Em I. Rizzini (Coord.), *Vida nas ruas: Crianças e adolescentes nas ruas: Trajetórias inevitáveis?* (pp. 123-280). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, São Paulo: Loyola. 2003.

STRAUSS, C. L. **Introdução à obra de Marcel Mauss.** In; MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Lisboa: 70,1950, p.9-48.

STOECKLIN, D. **Das potencialidades de crianças e adolescentes em situação de rua ao desenvolvimento social.** Em I. Rizzini (Coord.), *Vida nas ruas: Crianças e adolescentes nas ruas: Trajetórias inevitáveis?* (pp. 87-122). Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio, São Paulo: Loyola. 2003.

VELHO, G. **Observando o familiar.** cap. 9 In Individualismo e Cultura. RJ: Jorge Zahar. 1987. Pp. 121-132.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO APLICADO AS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS
QUE DESENVOLVEM TRABALHOS COM CRIANÇA E ADOLESCENTES
EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL
DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB

CAMPO I-IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:

NOME DE INSTITUIÇÃO _____ ENDEREÇO: _____

DATA DA CRIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO _____

COORDENADOR (A): _____

GRAU DE INSTRUÇÃO _____ FORMAÇÃO _____

PERÍODO DE GESTÃO DE _____ À _____

COMO FOI CRIADA A CASA DA ESPERANÇA I _____

OBJETIVO DA INSTITUIÇÃO NO MUNICÍPIO _____

METODOLOGIA DE TRABALHO DA INSTITUIÇÃO _____

IMPORTANCIA DA INSTITUIÇÃO NO MUNICÍPIO _____

CAMPO II- IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO ALVO

SEXO: () MASCULINO () FEMININO

FAIXA ETÁRIA _____

NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA OU
VULNERABILIDADE SOCIAL ATENDIDOS PELA CASA DA ESPERANÇA
I _____

QUAIS SÃO OS DIREITOS VIOLADOS DESSAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE
SÃO ATENDIDOS PELA CASA DA ESPERANÇA I _____

CAMPO III - MORADIA.

a) COM QUE AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES MORAM:

- ☐ Com os pais? ☐ Com o avô paterno? ☐ Com o tio paterno?
☐ Com o pai e a madrasta? ☐ Com o avô materno? ☐ Com o tio materno?
☐ Com a mãe e o padrasto? ☐ Com a avó materna? ☐ mãe solteira?
☐ Só com a madrasta? ☐ Com a avó paterna? ☐ pai solteiro?
☐ Só com padrasto? ☐ Com a tia materna? ☐ Com os irmãos ?
☐ Com a tia paterna? ☐ Com amigos ou vizinhos? ☐ Sem referência familiar?

b) COMO É A CASA?

- ☐ Própria ☐ de alvenaria ☐ de papelão
☐ alugada ☐ de lona ☐ barraco

c) COM QUEM MORA NA CASA? _____

d) QUANTAS PESSOAS MORAM? _____

CAMPO IV – REFERÊNCIA FAMILIAR:

a) OS PAIS OU RESPONSÁVEIS TRABALHAM? ☐ Sim ☐ Não

b) ONDE? _____

c) O QUE FAZEM? _____

d) A FAMÍLIA RECEBE ALGUM BENEFÍCIO SOCIAL? _____

e) RENDA FAMILIAR: _____

f) ESTÁ DESEMPREGADO? _____

g) HÁ QUANTO TEMPO? _____

h) OS PAIS APRESENTAM ALGUM TIPO DE VÍCIO OU PROBLEMAS PISCOSSOCIAL
:

a) () álcool _____ b) () drogas _____ c) ()
outros _____

CAMPO V – ESCOLARIDADE:

a) Grau de Escolaridade dos pais ou responsáveis:

() Ensino fundamental _____ () Ensino médio _____ () Ensino superior _____

b) Escolaridade da criança e do adolescente?

estuda? () sim () não qual série? _____

onde? _____

por quê saiu da escola? _____

CAMPO VI – VIOLÊNCIA

tipos de violência? () sim () não

DOMESTICA: física () sexual: exploração () abuso () psicológica ()

POLICIAL: física () sexual: exploração () abuso () psicológica ()

na delegacia () na viatura ()

NA RUA: física () sexual: exploração () abuso () psicológica ()

NA INSTITUIÇÃO: física () sexual: exploração () abuso () psicológica ()

NA COMUNIDADE: física () sexual: exploração () abuso () psicológica ()

CAMPO V II- DROGAS

NÚMEROS DE CASOS COM DROGAS?

() crianças _____ () adolescentes _____ () a família _____

Que tipo? _____

Como deixou de usar? _____

CAMPO VIII – REFERÊNCIA INSTITUCIONAL

Quantas crianças e adolescentes passaram por alguma instituição de acolhimento ou passagem?

Quais ou quais instituições? _____

CAMPO IX – REFERÊNCIA DE SITUAÇÃO DE RISCO

Quantas crianças e adolescentes se encontram em situação de vulnerabilidade psicossocial na cidade de Campina Grande? _____

Local _____

Data da Aplicação do Questionário _____

Assinatura do responsável pelo preenchimento _____

Assinatura do colaborador pelo preenchimento _____

APÊNDICE B

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA OS COORDENADORES DAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS QUE DESENVOLVEM TRABALHOS COM CRIANÇA E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB

A- eixo: Entrevistado:

1. Nome:
2. Qual a sua formação?
3. Como chegou ao programa?
4. Em que ano?

B - eixo: A instituição:

1. Ano de criação. Denominação.
2. Qual a proposta? Como se estrutura a instituição?
3. Especificar a estrutura deste programa quanto ao atendimento: faixa etária, sexo,
4. Quantos funcionários têm?
5. Qual o público alvo da instituição?
6. Qual o contingente atual de crianças e adolescentes atendidos no programa?
7. Quais os critérios de inserção, desligamento e encaminhamento de casos de crianças e adolescentes em situação de rua na instituição?
8. Como é feita as abordagens do educador social com os meninos na rua ou nas instalações da instituição?
9. Existem dados estáticos de crianças e adolescentes de rua ou na rua?
10. Quais as atividades realizadas na instituição.
11. Quais os procedimentos utilizados para o ingresso das crianças e adolescentes na instituição?
12. Quais as concepções teórico-metodológicas que sustentam a propostas da instituição?
13. Quais os casos mais difíceis de crianças e adolescentes em situação de rua para prestar atendimento? Discrimine as características. Quais as razões destas dificuldades?
14. Quais os encaminhamentos realizados pela instituição?
15. Quais as rede de apoio a instituição no município?
15. Para você qual a importância da instituição no município?

C - eixo: Perfil, qualificação e atuação dos profissionais:

1. Quais os requisitos básicos para atuação nesta instituição?
2. Qual o processo de escolhas dos profissionais?
3. Profissionais que compõem este programa: discriminar formação, função e contingente numérico.